



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 2/2020

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE JUNHO DE 2020

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1° SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2° SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. CPCJ – Relatório Anual de Atividades 2019;**
- 3. Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Sardoal;**
- 4. Prorrogação do prazo de arranque dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos;**
- 5. Modificação Orçamental – Alteração nro. 10;**
- 6. Informações relativas aos atos praticados ao abrigo da presente lei n.º 6/2020, de 10 de abril, isenção de taxas;**
- 7. Alteração orçamental modificativa – Revisão nro 1/2020;**
- 8. IMI - Redução - Contratos de arrendamento;**
- 9. 2º Aditamento - Empréstimo para cobertura de necessidades de investimento;**
- 10. Linha de crédito para despesas com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível - DGAL / DGTF - Orçamento de Estado 2020;**
- 11. Tejo Ambiente - Relatório de Gestão de 2019;**
- 12. Majoração do valor de Acordo de Execução - Juntas de Freguesia;**
- 13. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2019 – Aprovação**
- 14. Proposta da Conta de Gerência do ano de 2019**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares, Joaquim António Lopes Serras, Marcelo Serras, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, Pedro Pereira, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Vítor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, José de Jesus Salgueiro, Patricia Silva, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina.-----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Rosa, Pedro Duque e Carlos Duarte.-----

Não esteve presente o Senhor deputado Anacleto da Silva Batista que justificou antecipadamente a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia referiu *“Estamos aqui reunidos para iniciarmos esta assembleia e para retomarmos os assuntos de interesse relativos ao Sardoal Concelho de Sardoal que durante este período e desde fevereiro, altura do início desta situação completamente inusitada e por ninguém nunca antes vivida à qual ainda estamos a adaptar-nos, mas que penso que quer ao nível dos municípios e das restantes entidades em que, inclusive o estado, tem sido feito um esforço para que neste caso o nosso país e a nossa região, o nosso concelho, passe o mais ao lado possível desta situação e, acho que, até à data, apesar dos mortos e das pessoas infetadas, com certeza vão ter que contar e sobretudo vão ter algumas sequelas, penso que a situação até à data, em Portugal, podemos encara-la com algum otimismo, portanto há que manter este esforço para que de uma forma equilibrada, tentando equilibrar todos os pratos da balança, a saúde pública, a economia, não tenhamos depois mais à frente problemas de outra ordem.*

O meu receio é que se morra mais à frente, mais de questões relacionadas indiretamente com a pandemia que vivemos do que diretamente com a doença

em si mas isto é daquelas coisas que é impossível de controlar e penso que o esforço de todos, a tentativa de todas as pessoas que tomam decisões é minorar da melhor maneira possível as sequelas para o país, desta pandemia. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo “ *Também lamento esta situação como é óbvio, até porque além das perdas e da doença em muita gente, o país está a tentar decidir coisas importantes, mas pronto temos que arranjar coragem e força e perseverança para nos mantermos resistentes a esta situação, de qualquer maneira tentando retomar alguma normalidade. Eu queria só deixar aqui uma mensagem de, apesar desta situação toda difícil, nós temos uma coisa para, um motivo para ficarmos felizes, eu queria congratular o Executivo Camarário pela candidatura que decidiu apresentar às entidades competentes, no sentido de dar destaque à tradição de enfeitar as cadelas durante a Semana Santa, iniciativa que obteve a aprovação, a candidatura, perdão, pela aprovação no dia 7 Junho, creio eu, para as sete maravilhas de cultura popular na categoria Rituais e Costumes esta tradição merecia obviamente destaque e a aprovação da mesma é um ponto positivo na valorização do nosso concelho.*” -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António referindo “*Eu tinha programado algumas intervenções para fazer durante este período mas vou-me ficar apenas por esta curta intervenção que em minha opinião me parece ser a mais importante que tudo nesta altura, no atual e difícil contexto em que se vive no país e no mundo pelos motivos sobejamente conhecidos, importa, mais do que nunca, apelar a que todos os responsáveis pela gestão do concelho bem assim como a todas as forças vivas do mesmo para que unam esforços no sentido de que os malefícios que afligem a sociedade portuguesa se mantenham distantes do Sardoal e das famílias sardoalenses, é meu desejo e certamente o desejo todos os presentes, que nos voltemos a cumprimentar e abraçar no mais curto espaço de tempo como sempre o pudemos fazer, num passado recente, termino dizendo que é dever de todos nós, de uma forma ou de outra, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance no sentido de proporcionar condições para que nenhuma família*

sardoalense seja atingida pela pandemia que tantos estragos tem feito e tem causado por esse país fora, é este o meu maior desejo.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo “Esqueci-me à pouco de dizer que e neste atual contexto acho que caberá a todos nós tentarmos ser o mais objetivos possível para de alguma forma não nos prolongarmos aqui durante muito tempo e voltarmos para o pé das nossas famílias.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo “Começo também por fazer votos de que todos os sardoalenses ultrapassem este momento eu, em meu nome pessoal e o nome do Partido Socialista do Sardoal, também expressar os nossos votos para que todos os sardoalenses possam ultrapassar esta fase da melhor forma possível, de preferência sem qualquer sinal de contaminação.

Trago aqui algumas questões para o Senhor Presidente da Câmara, vou tentar também de facto ser rápido e objetivo.

Sobre o covid, Senhor Presidente, em termos objetivos, qual foi, quais foram as medidas mais importantes que a Câmara tomou para população, digamos assim e em termos de valor em quanto é que importa pelo esforço financeiro que a Câmara fez para esta fase.-----

Segunda questão tem a ver com o assunto que já não falamos há algum tempo aqui, é o PDM gostava que o Senhor Presidente nos elucidasse sobre o ponto de situação da revisão do PDM em que fase estamos. -----

Terceira e quarta questão relacionadas com Freguesia dos Valhascos são situações que me apercebi recentemente no âmbito de outras tarefas que estou a desempenhar, dei conta que nos Valhascos, houve algumas alterações de toponímia, novos nomes de ruas e, no contacto com as pessoas deparei-me com algumas ruas que já tinham nome foram rebatizadas com um novo, não é que isto tenha qualquer problema acontece no país todo e também pode acontecer no concelho de Sardoal, nos Valhascos ou em Alcaravela, num sítio qualquer, a questão que eu coloco é se foi bem ponderada a situação de necessidade ou a vantagem de renomear ruas que já tinham nome, atendendo a que as pessoas, isto implica que muitas pessoas tenham que mudar uma série de documentação e alguns munícipes já não estão propriamente com todas as faculdades ou com

todas as capacidades para tratarem disto, apareceram até imagens no Facebook, de paredes que diziam, a placa, o azulejo, rua, não vou precisar nenhuma mas podia ser, rua de António e agora tem outra Placa a dizer Rua São João, por exemplo, não são esses nomes mas a informação que eu recebi e do contacto com as pessoas é que de facto houve renomeação de nomes de ruas pronto, é algo que se faz no mundo todo a minha questão é se foi bem ponderada a necessidade de renomear a rua atendendo ao impacto que isto tem na vida de todos os munícipes. A segunda questão relacionada com a freguesia dos Valhascos, apesar de termos também deputados da freguesia de Valhascos, mas digamos que hoje calhou-me a mim, dei conta que na Freguesia de Valhascos e nomeadamente na aldeia de Valhascos que é uma Freguesia em que toda a população está muito próxima, mas vejo muito poucos ecopontos o que é que se passa Senhor Presidente, é possível colocar mais ecopontos naquela localidade é porque de facto noutros sítios do Concelho a densidade de ecopontos parece que é maior, mas pronto, o Senhor Presidente seguramente explicará.

A última questão tem a ver com a zona industrial, para questionar se à data existem ou não lotes disponíveis para empresas se poderem candidatar à instalação.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que “Em relação à zona industrial neste momento não existem lotes disponíveis, foram cedidos os últimos lotes, existem sim alguns lotes que estamos num processo pelo menos num deles um processo de reversão que não está a ser pacífico, há uma empresa que nunca fez absolutamente lá nada, nunca faturou e estamos neste processo que em princípio terá o seu desfecho em tribunal administrativo aliás é nestes termos, já depois de várias conversas com o proprietário, ao pessoal a quem foi entregue esse lote, curiosamente é dos maiores lotes. Estamos a tentar de forma pacífica que haja esta cedência, já foi feita a avaliação desse lote para possível venda mas pronto o proprietário não chega a acordo com possíveis interessados e se assim não for brevemente teremos que passar a um passo seguinte.

Os ecopontos já foi falado julgo foi aqui numa das assembleias provavelmente o senhor não estaria, senão lembrar-se-ia com certeza absoluta, o problema de mais

ecopontos em Valhascos é que não há espaço para ter mais ecopontos, aquilo exige um espaço para manobrar depois também próprio carro que vai fazer o despejo dos ecopontos, em ruas muito estreitinhas, não há mais espaço a não ser junto aqueles que já lá estão, essa é uma análise foi feita pelos nossos serviços técnicos e pelos da Valnor é mesmo isso, porque se houvesse espaço não teríamos problemas absolutamente nenhum juntamente com a Valnor de os colocar, mas também posso-lhe dizer que o rácio que nós temos é superior aquilo que a lei exige em termos destes ecopontos mas não há. Se por acaso alguém tiver alguma ideia que nos tenha passado ao lado, ao lado dos serviços técnicos teremos todo o gosto em reanalisar essa situação e transmitir à Valnor mas a situação é mesmo.

Toponímia, isso aconteceu em todo o concelho em alturas diferentes Valhascos foi uma alteração recente mas todas estas alterações têm a ver com questões pura e simplesmente técnicas, porque é que se há-de chamar A, B ou C, para nós é completamente indiferente esse trabalho é feito também com os valhasquenses, é um trabalho em que as pessoas não ficam normalmente satisfeitas não ficam, a minha rua também mudou o nome, outras ruas mudaram, há sempre ali uma certa afeição muitas vezes aquilo que é o nome que a rua tem, muitas ruas mudaram, muitas, e essa de Valhascos, julgo que é só uma, a nós oficialmente ainda não houve nenhum morador que chegasse ao pé de nós e dissesse assim, eu sinto-me lesado, porque quando este processo decorreu noutras locais houve vários moradores que apresentaram as suas razões e que algumas delas fizeram sentido, e nós ponderamos a alteração, mas principalmente quando as questões são técnicas, ponderamos porque havia razões históricas para que a rua fosse desta ou daquela forma, não era só porque apeteceu ao morador, ou não era só para fazer o jeito morador, não.

Em relação a Valhascos eu só me recordo de um caso salvo erro, Rua da Santa em que tinha ali no cotovelo e deixou de ter cotovelo ou seja uma rua que tinha esta configuração assim se eu não estou enganado e passou a ter assim esta configuração de vez de fazer assim e depois assim tecnicamente não é aconselhável, esta parte aqui lateral passou a ter outro nome e essa rua da santa passou a ser mais comprida, passou a ter um prolongamento, afeta um morador

esta alteração, também é certo que quando as alterações são, não por responsabilidade do morador mas neste caso da Câmara, sabemos que é sempre aborrecido mas os custos são muito menores ou em determinadas circunstâncias, quando tem de se substituir documentos nem sequer tem custos, eu julgo que é o único caso que nos foi reportado e nem sequer foi pelo morador. Percebo que há relações afetivas à rua, se é a rua da santa a rua da santa não terminou, endireitou-se a rua da santa, em vez de a rua da Santa ângulo reto, praticamente passou a ser uma reta.

Em relação ao PDM, está a andar, estamos com questões ambientais estratégicas já houve uma primeira proposta de trabalho em relação a delimitação de zona urbana, de zona rural para depois, agora, em cima dessa limitação ser colocada a avaliação ambiental estratégica e outros pormenores, outras questões que já não dependem de nós, brevemente faremos a primeira reunião da Comissão agora aquilo que nós queremos fazer é que até final deste ano o processo de revisão do PDM esteja concluído.

Em relação ao Covid, Senhor deputado, os senhores Vereadores do Partido Socialista na última reunião de Câmara apresentaram um requerimento precisamente sobre isso por isso eu peço aos Senhores Vereadores que depois, se não se importarem de partilhar também com o senhor deputado Adérito, julgo que não vai ser difícil, mas eu também posso partilhar através do Senhor Presidente da Assembleia, sendo certo que, posso dizer são números um bocado complicados, em termos de equipamento de proteção individual, medicamentos, desinfecções andar à volta para já dos 20000€ sem contar com por exemplo, as análises que foram feitas a todos os funcionários do município e das Juntas de Freguesia, que estão em contacto com o público, estamos a falar mais de 6 ou 7000€ estamos a falar também depois daquilo que são as não receitas, por exemplo, só na questão da água já vamos em 20000€ e esta questão da água ou seja, do não pagamento de água, das IPSS's, empresas, indústria, comércio e indústria já ultrapassamos os 20000€ e é um o valor que vai crescer porque o objetivo é fazê-lo até final do ano e depois temos outras situações, no urbanismo também um conjunto de não receitas que deixamos de ter anda à volta dos 4000

e poucos euros ,refeições temos o valor de 10000€ eu não vinha preparado para fazer esta resposta em pormenor, mas vamos ter que a fazer quando transmitirmos ao grupo, aos Senhores deputados, aos Senhores Vereadores do Partido Socialista e se os senhores não se importassem, para poder partilhar com todos os elementos desta assembleia.

É o que tem de ser, não é muito, nem pouco, é o que tem que ser mas aqui não há, não olhamos a meios para ajudar para estarmos todos bem protegidos.

Se me permitem uma opinião pessoal eu estou muito preocupado mas mesmo muito preocupado, hoje houve um aumento de 451 casos o último dia em que houve um número de casos tão grande foi no dia 8 de maio, há outros valores que são valores relativamente menos preocupantes, mas temos que estar todos muito muito muito atentos, não sabemos o que é que isto vai dar não sabemos mesmo, sabemos que a capacidade hospitalar na grande Lisboa está praticamente esgotada sabemos que há muitas pessoas a precisar de tratamentos que estão a ser transferidas para hospitais da periferia, nomeadamente o Hospital de Abrantes, o Centro Hospitalar do Médio Tejo já há muito tempo que recebe doentes do Hospital Beatriz Ângelo e como sabem, eu sou Presidente da Comissão Distrital de Protecção Civil, durante uns bons tempos reunimos todos os dias nem domingo de Páscoa escapou, nem sexta-feira Santa escapou, agora estamos a reunir três vezes por semana, estamos todos muito apreensivos em relação ao que aí vem, estamos mesmo muito, vamos esperar que as coisas corram bem vamos esperar que que as pessoas façam aquilo que nós estamos aqui a fazer que estamos a trabalhar com o devida a segurança e com a protecção suficiente para não nos prejudicarmos uns aos outros, isso é o que se pretende vamos continuar a trabalhar nesse sentido e atentos.

Senhora deputada Joana Ramos, sim foi no meio deste problema todo, há aqui uma lufada de ar fresco foi realmente entre 140 e poucas candidaturas salvo erro a nossa está nas 7 finalistas distritais. A Câmara a única coisa que fez foi aquilo que lhe competia fazer, fazer o processo de candidatura, o mérito está em toda a população em todos os sardoalenses, em toda esta gente que depois alargamos também a todo o concelho que ao longo destes quase dois séculos pelo menos

muito bem tem sabido manter esta tradição a honra o louvor é para todos eles, moradores, associações, a escola, claro, autarquia também, todos nós, todos nós que temos sabido valorizar esta situação nem que seja, muitas vezes temos um papel tão importante e um papel tão simples nem que seja transmitir aos nossos amigos para nos virem visitar, nesta altura que o orgulho que nós temos porque o Sardoal nesta altura, na semana Santa é uma altura especial, pronto, as sete maravilhas, também reconheceram esse mérito, posso dizer que no próximo domingo vamos ter aqui a RTP começando os trabalhos de fazer a preparação e já agora, vou fazer o anúncio em primeira mão, eu acho que não faz mal nenhum, só não posso dizer o número telefone, a partir de domingo estejam à vontade liguem para aquele número, as vezes necessárias, as vezes que acham, ou pelo menos uma por cada Capela para podermos fazer votação, porque a votação vai ser por telefone. É preciso escolher um padrinho, cada candidatura ainda tem um padrinho da candidatura bom qualquer um de nós podia ser padrinho menos o Presidente de Câmara teria todo esse mérito mas nós optamos por um padrinho diferente, o padrinho da nossa candidatura vai ser o Gil Vicente, o Mestre Gil Vicente vai ser o nosso padrinho, alguém, o ator que vai encarnar a figura de Gil Vicente vai ser o padrinho, ao mesmo tempo que estamos a promover as Capelas enfeitadas com tapetes de flores estamos a fazer a ligação do Concelho de Sardoal à figura, ao pai do teatro português, ao grande dramaturgo que refere Sardoal em pelo menos três das suas obras, estamos também aqui a promover esta ligação, também em termos de valorização daquilo que é o nosso potencial no âmbito do turismo e no âmbito cultural, por isso uma informação em primeira mão.

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo " *Eu tinha decidido não intervir, não falar, respeitando o pedido do Presidente da mesa da Assembleia para irmos para casa mais cedo, mas quando falam nos Valhascos eu fico com o sangue um bocadinho mais quente e queria só, eu li a informação escrita do Senhor Presidente e agora a intervenção do deputado Adérito e aquilo que eu só queria pedir era, na informação escrita o Senhor Presidente fez, diz que houve a conclusão do processo da toponímia dos Valhascos diz à conclusão aquilo que eu pergunto é se está concluído, eu pensei que se tinha iniciado o processo de*

renomeação das ruas e porque isso não está em causa, mas o processo para mim se está concluído, foi muito mal concluído Senhor Presidente porque olhe, eu posso-lhe explicar a Rua do Outeiro, parte da Rua do Outeiro, agora ficou, passou a ser Rua dos Gatos não tenho nada contra os gatos nem contra os cães, mas pronto já passou a ser Rua dos Gatos, a Rua do Outeiro outra parte passou a ser Rua 8 de setembro, que é a data da Nossa Senhora da Graça que eu prezo muito, aí há moradores que têm as suas moradias na conservatória registadas na Rua do Outeiro passam a ser agora Rua 8 de setembro, a Rua Aldeia do Pereiro, os moradores que tinha tem as suas residências na Rua Aldeia do Pereiro e eu sei que os moradores já foram à Junta de Freguesia para tentar resolver este caso a Rua Aldeia do Pereiro passou a chamar-se Rua José Conde, a rua da Santa que falou-se aqui e eu não quero falar na Santa porque isso na minha terra dava pano para mangas, a rua da santa não tem placa nem no início nem fim, ninguém sabe onde começa e onde acaba, a Rua do Outeiro tem placa no fim, não tem no início, ninguém sabe onde inicia a Rua do Outeiro, a Rua da Barroca tem placa no fim não tem no início, ninguém sabe onde tem o início da Rua da Barroca se me disserem onde é, eu não sei, não faço ideia, na Rua da Fonte da Meada tem duas placas, uma diz Rua de Santo António do Vale e a 10 metros tem Rua da Fonte da Meada, a Rua da Fonte da Meada tem dois números de polícia.

Um senhor ligou-me, é meu amigo ligou-me, porque tinha enviado máscaras para o sogro e as máscaras não tinham chegado, com certeza por deficiência do carteiro, porque não é fácil de dizer qual é o número 3 tem dois número três eu se fosse carteiro metia logo na primeira, a rua do Lagar Freire que é a rua Lagar Freire tem lá uma placa Rua Lagar Freire, sim senhor que é o nome, mas no início tem lá Rua Lagar de Feire, não custa nada, é um bocadinho a tirar a placa e trocar, os números de polícia por exemplo, eu se fosse carteiro, eu não queria ser carteiro numa terra daquelas, o início da Rua 8 de setembro a primeira moradia tem o número 13 porque era Rua do Outeiro, isso é que me faz confusão, porque se tivesse início a remodelação em dar nomes as ruas, eu não tenho nada contra que seja Rua dos Gatos Rua dos cães ou Rua do Outeiro, agora se começaram a

remodelação e dar início, acabem, eu convido o Senhor Presidente a ir à rua da santa e dizer onde começa e onde acaba a rua da Santa, tenho dito." -----
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Eu não sei se tem razão se não tem, se o Senhor está a dizer, eu acredito, tenho pena de, se esse problema é assim tão grave, só agora estar a chegar à Câmara Municipal, nenhum morador, lhe garanto, nenhum morador, ao contrário de outros processos de toponímia que tivemos nas outras freguesias em que muitos moradores fizeram chegar o seu descontentamento ou a sua preocupação, de Valhascos não nos chegou absolutamente nenhum, agora duas coisas distintas, uma é o processo de toponímia ou seja, o processo de atribuição de nomes está concluído, agora as placas ainda não estão todas colocadas, eventualmente são duas coisas distintas e esse processo vai ser feito também, mas deixe-me que lhe diga que este processo foi feito precisamente por imposição dos CTT que diziam ou vocês acertam isto ou nós vamos ter problemas em fazer a distribuição de correio até parece que isto melhorou no concelho, no país, a partir do momento em que nós fizemos esta questão nunca mais dos CTT tivemos nenhuma reclamação nenhuma preocupação, agora as pessoas, olhe o que é que eu quero que o Senhor faça, faça-me chegar esses dados todos que o Senhor aí tem, não espere pela próxima Assembleia Municipal faça chegar logo que tenha esses conhecimentos e nós iremos analisar, eu não estou a dizer que não é assim, não sei, agora se as coisas não chegarem junto a nós, se não nos for dito nós também não adivinhamos, nós estamos a fazer as coisas o melhor possível, perfeito de certeza que não faremos, perfeito não fizemos, nós fizemos este processo muito complicado no Sardoal, em Alcaravela, em Santiago de Montalegre e correu bem, as pessoas foi reclamaram, aquelas que tinham razão, nós, quer dizer, Comissão de Toponímia, não somos nós Comissão de Toponímia que depois fez uma proposta, essa proposta foi aprovada por unanimidade agora se há assuntos para corrigir peço-lhe que me faça chegar esses dados para ver se é assim, pronto, pode haver aqui alguma confusão, eu aqui não lhe consigo responder mais do que isto só dizer que o processo de toponímia como diz na minha informação terminou, poderá faltar eventualmente a colocação das placas mas isso aqui no Sardoal também ainda há algumas que

vamos pondo a pouco e pouco e noutras Freguesias também isso não quer dizer que o processo de toponímia não tenha terminado, peço-lhe por favor que me faça é chegar toda essa informação para nós validarmos e eventualmente se for esse o caso corrigirmos.”-----

Interveio o Senhor deputado Pedro Pereira referindo “Pelo meu traje percebem que vim de mota e isto vem a propósito que por trás de uma desgraça uma oportunidade com o confinamento com as restrições ao turismo está-se a redescobrir a nacional 2, toda a gente já se apercebeu disso, são pessoas de mota, são pessoas de carro, são pessoas a pé e vai continuar, a minha questão e ao mesmo tempo é um alerta, o que é que nós já fizemos e podemos continuar a fazer para que o concelho de Sardoal que é atravessado de meio, extremo a extremo praticamente possa rentabilizar essa benesse que tem. Tenho um grupo de amigos passou aqui a semana passada e disseram-me, ouve lá passamos à tua terra, lembrámo-nos que era o Sardoal, mas nem sequer paramos, o que é que está a falhar aqui se é que está a falhar alguma coisa, era só mesmo isto.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “ Em relação à nacional 2 isto é um projeto que está a crescer, é um projeto que tem várias candidaturas em termos de fundos comunitários de toda a rota da Nacional 2 para realmente melhorarmos tudo aquilo que é a sinalética e, termos aqui outro tipo de identificação que na verdade está a falhar de norte a sul do país, não é só no Sardoal mas na verdade estamos a trabalhar nesse sentido, estamos a melhorar, ainda hoje houve assembleia geral da rota da Nacional 2 e são problemas que nós conhecemos, estamos a tentar, às vezes estas questões também pecam por tardio por estas circunstâncias, nós fazemos uma candidatura depois tem de se estar à espera do resultado da candidatura, depois as coisas vão nascendo, vão nascendo vão sendo necessárias e não aparecem e é isto que está a acontecer. A nacional 2 tem, tínhamos um grande projeto e bonito para a BTL, infelizmente não se pode realizar mas na verdade há aqui pontos importantes a acertar mas posso-lhe dizer que muita, muita, muita gente alguns poderão passar ao lado eventualmente mais distraídos, ou alguns têm também o seu timing para fazer a rota toda e às vezes também, fazem opções nem sempre farão os melhores, todos aqueles que

não passem pelo Sardoal, é claro que nunca será uma boa opção, mas, vamos melhorar em termos de sinalética, em termos de correção de algumas coisas, estamos à espera de candidaturas posso dizer-lhe que uma das coisas que faz muito muita falta é por exemplo um parque de autocaravanas, e que nós temos o projeto pronto, fizemos uma candidatura, não houve dotação financeira, estamos a falar de um equipamento de cerca de 70000€ mas vamos avançar, já brevemente iremos fazer o concurso de empreitada para fazermos essa obra, claro esperando o financiamento, também vamos fazer uma candidatura num outro programa que talvez tenha mais dinheiro, porque também não queremos, quer dizer se o senhor for aí hoje de tarde, por aí várias autocaravanas estão espalhadas não é por isso que as pessoas deixam de cá vir, mas queremos oferecer as melhores condições para todos os cá venham estamos a trabalhar.

A rota da Nacional 2 tem 3 anos é um bebé, ainda estamos todos a aprender, houve passos mal dados na minha opinião, por exemplo aquilo que se gastou, foi uma fortuna no grande prémio nacional 2, custo-benefício é duvidoso, daí que só se fez uma vez, foi assumido por todos, a intenção era boa mas fez-se só uma vez por isso não vale a pena. Valerá mais a pena canalizarmos os esforços financeiros para outras situações, é como lhe digo, 3 anos, é um bebé a nacional 2, há muito trabalho a fazer e estamos a fazer no conjunto dos 36 municípios. Mas digo-lhe, eu vejo com muita frequência da janela do meu gabinete, muitos motards parados na rotunda junto ao Pelourinho, tirando fotografias as pessoas procuram-nos sempre para pôr o carimbo. A questão da variante tem que haver ali uma boa sinalização porque senão, as pessoas quando dão por ela já passaram e vamos trabalhar nisso para que as pessoas perceberam, atenção que é nacional 2 é por aqui, estamos à espera de todo esse financiamentos mas como digo e volto a frisar 3 anos é um bebé mas vamos melhorar.

Já está na autoridade nacional de segurança a sinalização homologação por isso posso dizer que brevemente iremos também por um Marco à entrada do Sardoal, para que as pessoas possam ter ali um momento também de perceber e fotografia e essas coisas todas mas é um potencial enorme, esta nacional 2 é um potencial enorme, incrível, agora tem de ser cuidadosamente trabalhado e com

calma muita calma sendo certo cada dia que passa, pronto é sempre menos uma pessoa mas olhe até mesmo em termos de restauração, em termos de comércio o feedback que nós temos é bom, há situações que nós vamos corrigindo ao fim de semana, há muita coisa a corrigir, estamos atentos.” -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Eu acho que é bem explícita esta informação, faria sobressair as informações que temos no âmbito do Covid, por exemplo também, a capacidade de endividamento atual que é de 1.086 milhões de euros capacidade de endividamento, ou seja, é muito dinheiro e quando é muito dinheiro, tenho muita dificuldade, porque eu não estou habituado, pelo menos no dia-a-dia a lidar com tanto, no meu dia a dia pessoal atenção, no profissional ainda bem, dizer também que a dívida no dia 31 do 5 diminuiu em 230000€ quase 231000€ e que estou disponível para algum esclarecimento que os Senhores deputados queiram ver esclarecidos e que eu possa também esclarecer.” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo “Uma observação e uma questão. Primeira observação, na situação financeira página 6, o Senhor Presidente diz que as transferências correntes e de capital, correspondem aproximadamente a 51% da receita cobrada, Senhor Presidente nós não podemos somar aqui percentagens, comparações de coisas diferentes, porque se formos fazer as contas certas, são 26% não 51%, página 6, parágrafo antes do quadro dos números é só mais uma observação, a questão é que não podemos dizer que é 51%, porque estas duas percentagens não se podem somar porque são comparações de coisas diferentes se se quiser fazer, então é 26%, podemos somar as dotações iniciais das duas, somar o executado das duas e depois fazer a comparação, isto é só uma nota, para que no futuro se possa de facto melhorar. A questão tem a ver com uma coisa que eu aqui numa linha que eu vi, que é construção de uma nova Etar na Presa, era mesmo para perceber se é verdade, eu sei que a Etar que existe atualmente, quando foi projetada, já foi projetada com

uma capacidade deficiente porque fazia conta só com a população da Presa e, depois juntou-se mais o Casal Pedro da Maia, Chã Grande e mais alguma, pronto aqui é mesmo só para questionar se há mesmo um projeto para uma nova Etar."

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que *"Nós estamos aqui com um processo de construção de novas Etar's e de requalificação das restantes, umas através das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e outras através da empresa Tejo Ambiente e outras através de um processo que se iniciou connosco e isto tem muito ver também, toda a preparação, para propriamente o projeto, a nossa análise do projeto que é para depois passar para o terreno esse trabalho. Está a ser feito, vai ser feito, Cabeça das Mós, Valhascos, como diz, Presa e outras mais, são um conjunto de renovação, requalificação ou de construção de novas Etar's que nós estamos a projetar para os próximos tempos."* -----

2. CPCJ – Relatório Anual de Atividades 2019;

Referiu o Senhor Presidente da Câmara *" São números, é uma análise fria porque estando nós a falar CPCJ, há aqui uma parte muito, muito importante da análise, que são os casos propriamente ditos, que está dentro do sigilo e não pode ser revelado, de qualquer das formas, posso dizer que o ano 2019 não foi um ano em que tivemos problemas excecionais, posso dizer que este ano já tivemos mais problemas e de maior gravidade e não tem nada a ver com o covid, do que tivemos no ano de 2019 tem sido um ano mais ou menos ao exemplo daquilo que tem sido nos outros anos, mas alguma dúvida que os Senhores tenham façam o favor de dizer."* -----

Considerando a alínea j), do ponto 2, do art. 18º (competência da Comissão Alargada) e do nro. 2, do art. 32º da Lei nro. 147/ 99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nro. 142/ 2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento do Relatório Anual de atividades 2019.

3. Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Sardoal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente a Câmara referindo *"Tem a ver com, é o concluir de uma primeira fase, houve uma proposta de uma análise de elaboração do orçamento participativo, teve o processo no âmbito do Código do Procedimento Administrativo, uma primeira parte com 10 dias para que as*

peçoas pudessem dar o seu contributo, findo esse prazo houve uma proposta de regulamento que foi à reunião de Câmara e, foi aprovada essa proposta de regulamento, passou por um período de discussão pública de 30 dias, findo esse período de discussão pública, com os contributos que não existiram voltou novamente a reunião de Câmara para incluir se realmente existisse, mas aquilo que é nosso entender o texto final deste regulamento, submeter à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “*Só para de facto manifestar o nosso agrado por este projeto ter chegado de facto a bom porto. Este foi um projeto que no início dos trabalhos de preparação do orçamento para 2019, os vereadores do PS, ou o PS, pelos vereadores, fez chegar alguns projetos ao Município para discussão e integração no orçamento e, este, foi de facto, um dos projetos que apresentamos e ficamos agradados por de facto estarmos neste ponto, podemos discutir o valor, se é muito, se é pouco, é preciso é começar pronto, e por aí estamos de facto agradados, era mesmo só para deixar esta nota e agradecer.” -----*

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Sardoal. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

4. Prorrogação do prazo de arranque dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Isto é uma decisão que atendendo a situação covid, vem um pouco fora do prazo, porque na verdade era um procedimento em que a empresa nos pede autorização, à Câmara e à Assembleia, para prorrogação do prazo da transição do contrato de gestão delegada, que era para ser no princípio do ano, depois começou este mês, começou no dia 1, passa para a empresa Tejo Ambiente, aquilo que eram os nossos serviços, é mesmo só para ficar registado, até porque provavelmente nem*

haveria necessidade de cá vir, mas nós assumimos sempre, que todos estes procedimentos em relação à Tejo Ambiente, que venham à Assembleia Municipal.” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “Duas questões muito simples, uma vez que o processo está entre aspas terminado, esta transição, queria perguntar ao Senhor Presidente, qual foi o saldo final, em termos de funcionários, quantos passaram dos quadros da Câmara Municipal para a Tejo Ambiente e queria também colocar a questão, se em termos de património da Câmara Municipal, nomeadamente, parque de veículos, se houve algum veículo que passasse, lembro-me por exemplo, o camião de recolha de lixo, se passou, se não, porque é preciso saber se passou, se não passou, o que é que faremos com aquele veículo, que tem de custos, nem que seja por estar parado e, queria colocar uma questão mais operacional, que tem que ver com a desinfeção dos contentores do lixo. Se a Tejo Ambiente, ou por si ou através de empresa concessionada que o tenha feito, ou aliás, que o fez, se assegura essa higienização com periodicidade e se a Câmara está atenta para fiscalizar essa essa higienização. Isto tem um pouco a ver com esta questão, agora do covid, não só com isso, mas nesta fase de facto somos mais sensíveis a isto.” -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que “Este processo não está concluído, o processo, temos de estar muito atentos, porque estamos numa fase de adaptação, estamos mesmo, há muitas arestas a limar em todos os seis concelhos que estão na Tejo Ambiente. Primeiro, a Tejo Ambiente não é uma entidade externa, uma entidade estranha ao município, é uma empresa intermunicipal e que nós temos uma palavra a dizer, ou seja, nós não deixamos de ter a palavra que tínhamos antes só porque o serviço era efetuado diretamente pelo Município, que passamos a ter agora, não, é mesma coisa, passamos a ter as mesmas responsabilidades, nem que seja de alertar os gestores da empresa se alguma coisa não estiver a correr bem, por isso estamos atentos em relação a isso, há muito aresta ainda para limar, há situações, que depois no decorrer até da constituição da própria empresa, se verificou por exemplo, na recolha dos resíduos sólidos urbanos, era para ser a própria empresa a fazer, mas depois foi feita uma

reanálise financeira e, daquilo que foram as propostas para este serviço, é compensador para a empresa que seja feita por uma outra empresa e quem ganhou o concurso foi, para já, é um concurso por um curto período de tempo, foi uma empresa, está agora a decorrer. Isto leva-me à situação do carro do lixo, o carro do lixo que nós temos vai entrar num concurso que vai decorrer em breve para concessão deste serviço, para todos os seis municípios, podem entrar no equipamento ou não, mas nós incluímos lá e vamos incluir este carro, quem comprar este serviço, leva o carro também sendo certo que haveria também outras alternativas ou seja, há um conjunto de viaturas dos seis municípios, um conjunto de equipamentos que vão ficar no pacote do concurso, para adjudicação destes serviços de recolha, pelo menos de resíduos sólidos urbanos.

Em relação aos funcionários eles sentem-se tão bem, tão bem, na Câmara que só houve um que passou, houve vários que tinham dúvidas, só houve mesmo um funcionário do município que transitou para esta empresa.

Pronto estaríamos à espera de haver aqui alguma redução de custos com os recursos humanos haveria aqui um aliviar, não houve, mas também, ao mesmo tempo, houve aqui a criação de postos de trabalho que também é muito importante para a nossa região, porque esta empresa também, que está a fazer a recolha de resíduos sólidos urbanos, está a contratar gente do nosso território para fazer esse serviço.

Sobre a higienização, há dois tipos de higienização, uma é aquela que nós estamos a fazer em colaboração com as Juntas de Freguesia com as quatro Juntas de Freguesia, queremos continuar mais algum tempo, essa é da nossa responsabilidade, porque quando foi feito os acordos, contratos, claro ninguém pensava que vinha aí o Covid nem é obrigatório fazer, teremos que avaliar com a saúde pública qual é que é o momento que podemos deixar de o fazer, porque na verdade tendo as pessoas hábitos de higienização que temos que ganhar e que já ganhamos todos, é possível que possamos aliviar um pouco este trabalho, agora aquela limpeza que acho que é isso que o Senhor se está a referir, de fundo, dos contentores é a Tejo Ambiente que vai fazer, eu não quero errar, não sei de cor, mas está no contrato o número de vezes, três em três meses, talvez, de dois

em dois meses, está no contrato a obrigatoriedade de fazer esta limpeza de x em x tempo e é de acordo com a legislação claro.” -----

Considerando a informação nro. 1963/2020 da Câmara Municipal e, de acordo com a alínea n), do nro.1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo do período de transição. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a proposta apresentada. -

5. Modificação Orçamental – Alteração nro. 10;

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que *“Esta alteração é para enquadramento orçamental de 69000€ como consequência de 7,5% do IVA cobrados no setor de alojamento, restauração, comunicação, eletricidade, gás e água, é uma questão técnica pura e simplesmente, mas estas questões técnicas são sempre bem-vindas.”*-----

A Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da modificação orçamental apresentada pela informação nro. 2071/2020, emanada da Câmara Municipal.-----

6. Informações relativas aos atos praticados ao abrigo da presente lei n.º 6/2020, de 10 de abril, isenção de taxas;

O Senhor Presidente da Câmara informou que *“ É relacionado com o Covid, houve legislação que saiu, tudo isto tem a ver principalmente com alterações às tabelas de taxas, isenções e outras coisas mais, em que na sua esmagadora maioria teriam de ser alterações feitas em Assembleia Municipal, mas a legislação permitiu que o Presidente da Câmara pudesse tomar essas decisões, comunicando num prazo de 48 horas, ou ou por aí, não posso precisar, ao Presidente da Assembleia que depois vos fez chegar. De qualquer das formas é importante que este documento aqui venha também, para conhecimento e para ficar a aprovação aqui em Assembleia. Tem a ver com a suspensão de taxas de utilizadores da piscina coberta, isenção do pagamento das atividades de animação de apoio à família, educação pré-escolar, isenção de taxas pelo serviço*

de impressões na biblioteca, está informado porque é que é os pedidos e a quem se destina, julgo que não vale a pena estar aqui a ler porque os senhores têm estes documentos, isenção de taxas de ocupação de esplanadas, isenção temporária de tarifas fixas e consumo de água, saneamento e resíduos, para todos os consumidores não-domésticos, nomeadamente estabelecimentos comerciais industriais, instituições de beneficência, associações e, isenção de taxas de ocupação de esplanadas, como diz respeito à tabela de taxas daí ser também algumas delas competência da Assembleia daí ter que vir aqui se bem que a lei permitia que eu tomasse essa decisão e depois vir aqui à Assembleia.” -----

Considerando o artigo ° 17º do Regulamento para a Tabela de Taxas, Tarifas, Licenças, Compensações e Outros Rendimentos em vigor no Município de Sardoal, bem como a Lei nro 6/2020, de 10 de abril, a qual estabelece um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, a Assembleia Municipal de Sardoal tomou conhecimento dos seguintes atos praticados ao abrigo da referida lei, nomeadamente: isenção de taxas de ocupação de esplanada (proposta nro. 908/2020), isenção temporária de tarifas (edital nro. 570); suspensão de taxas de utilizadores da piscina coberta (proposta nro. 1652), isenção do pagamento de atividades de animação e apoio à família – educação pré-escolar (proposta 1800), isenção de taxas para serviço de impressões na biblioteca (informação nro. 2148). --

7. Alteração orçamental modificativa – Revisão nro 1/2020;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que referiu “*Tem a ver com a integração social da conta de gerência, um ajustamento de valores a receber do Orçamento de Estado, claro, como nós fazemos a previsão inicial, depois há ajustes que têm de ser feitos quando o Orçamento do Estado sai e depois, a integração também, dos valores, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios florestais, questões, todas elas técnicas.*” -----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a alteração orçamental modificativa. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

8. IMI - Redução - Contratos de arrendamento;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que *“Foi nossa proposta e aprovada também na altura do plano de atividades e orçamento para este ano, foi aprovado em 10 de dezembro esta redução do IMI no valor de 20% para casas, prédios arrendados. Esta medida foi tomada, como bem sabeis, como incentivo ao arrendamento e aqui, no fundo, aquilo que nós trazemos é a operacionalização de todo este trabalho, ou seja, o que se propõe é que seja aprovado estas condições, quem possuir um contrato arrendamento que ficou registado no serviço de finanças da área do prédio e válido para o ano do benefício pretendido, se encontrar afeto a habitação, tem de ser habitação, se o contrato de arrendamento se destina exclusivamente a fins habitacionais, comprovar o arrendamento da habitação através do recibo eletrónico de renda, emitido ou declaração anual de renda, referente ao ano de benefício fiscal pretendido, que o benefício seja atribuído à fração, independentemente do número de proprietários, que os documentos sejam entregues por requerimento até 31 de outubro do ano, ou seja, este ano, o ano 2020 é cobrado o IMI de 2019, ora esta nossa decisão tem impacto naquilo que é o IMI de 2020, vai ser cobrado em 2021, por isso tem de haver todo este procedimento e depois de aprovado, como assim espero, esta proposta, irá sair o edital, convidando as pessoas a preencher um formulário a candidatarem-se a este benefício de incentivo ao arrendamento. Posso-vos dizer que no país só há dois municípios que o fizeram e são dois municípios em tudo muito idênticos. Sardoal e Cascais, Cascais tem a mesma área que nós atenção, Cascais tem também 90 e poucos quilómetros quadrados por isso daí a nossa parecença. Nós temos um conjunto de prédios, de apartamentos se quisermos, de casas que não estão não estão alugadas, há ainda um receio, há ainda, uma mentalidade de que a pessoa quando arrenda, nós temos tido algumas estratégias nesse sentido inclusivamente, até já fizemos aqui nesta sala ao lado, uma sessão de esclarecimento, com o Instituto de Habitação Reabilitação, precisamente*

tentando contribuir para esta desmistificação, também um conjunto legislativo que saiu não há muito tempo este é mais um incentivo, porque sabemos que há pessoas que se querem fixar no Sardoal, sabemos que há pessoas que não querem comprar e que preferem arrendar e, é importante que haja esse mercado de arrendamento.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*É verdade que de facto as pessoas têm um algum receio do mercado arrendamento porque há sempre aquela questão, como é que eu vou encontrar a casa no final, como é que vão estar as paredes, como é que vão estar os móveis de casa, caso existisse móveis, etc., e por isso é que em Portugal, tirando o arrendamento para férias, o resto do mercado é um pouco, é um mercado pequeno, digamos assim.*

Duas questões, quando falamos em habitação, é habitação própria, certo, não estamos a falar em habitação temporária, habitação de férias, é habitação própria, se calhar era uma pequena achega, não sei se ainda vamos a tempo, mas se calhar é verdade que, pronto, já nesta fase já poderemos não vir a tempo, mas numa próxima revisão, se calhar, convém alterar para habitação própria, é só uma pequena achega, permanente.

Segunda questão, estamos a falar de 20% de redução no IMI, qual é o impacto estimado que isto possa ter” respondeu o Senhor Presidente que “ Depende do número de pessoas que façam requerimento é incalculável, mas sabemos que no pior das hipóteses é 20% sobre todo o valor que nós recebemos do IMI, que não é verdade, porque muito desse valor é habitação própria e não é para arrendamento, vamos ver. É uma experiência que estamos a fazer, não lhe consigo dar esses dados porque depende, há pessoas que mesmo assim podem não querer este benefício, Porque podem continuar a não querer arrendar, de qualquer das formas é um custo que é perfeitamente suportado pelo município, não é uma despesa, passará a ser uma não receita.”-----

Considerando o disposto no nro.5, do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar as condições apresentadas para o benefício da referida redução de 20%. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

9. 2º Aditamento - Empréstimo para cobertura de necessidades de investimento;

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra referindo “*O que nós propomos é uma alteração aos fins a que se destina este empréstimo. Tem a ver com as situações que aconteceram, claro, nós tínhamos aqui um valor que foi aprovado nesta Assembleia, pavimentação da Freguesia de Santiago de Montalegre, beneficiação de condutas, depois requalificação da piscina descoberta e a requalificação da zona histórica, segunda fase, e, aquilo que se propõe, a alteração, é que fique, pavimentação de Santiago de Montalegre mantém o valor, aliás as obras já começaram, já estão a montar estaleiro, não sei se já estão mesmo no terreno, as obras começaram no princípio desta semana, a beneficiação das condutas, também um valor que cresce um bocadinho para 90000€ 227 passa para 228 a pavimentação, 90000€ a beneficiação depois a requalificação da piscina tem um acréscimo também para o valor de 231000€ e depois aqui é novidade é a obra de requalificação do talude foi aquela surpresa que ninguém estava à espera ali da entrada do Sardoal, estamos a falar de 100000€ que temos que arranjar, pronto, posso-vos dizer que o projeto de requalificação daquela barreira foi entregue esta semana na Câmara Municipal, há um conjunto de procedimentos que vamos ter que fazer, nomeadamente, aquilo atinge 7 prédios rústicos que vamos ter contactar os proprietários e vamos ver como é que vai decorrer todo este procedimento que queremos que seja célere mas também só podemos fazer a partir de agora a partir do momento que foi feita a entrega do projeto, para saber qual é o impacto em termos de dimensão que esta obra tem, mas isso, pronto, o que está aqui em causa é na verdade esta alteração do empréstimo, sai requalificação da zona histórica da segunda fase, iremos ter outra estratégia também para ver se a fazemos dentro daquilo que estava projetado, aliás qual era a nossa intenção, era avançar com a obra, com a nossa capacidade de endividamento através deste empréstimo, estou a falar da requalificação da*

zona histórica e, depois da obra feita, era uma obra que se enquadrava perfeitamente em overbooking da CCDR e depois entraria, vamos fazer outras estratégias, lançar o procedimento do concurso desta obra com a salvaguarda sujeita a financiamento comunitário e o facto de estar adjudicada, o procedimento da adjudicação e todos os procedimentos concursais concluídos, é a maturidade suficiente para se enquadrar depois, neste overbooking ou também nesta requalificação deste quadro comunitário que termina brevemente.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “Em termos genéricos, sobre a alteração do destino, digamos, do valor, à partida não temos nada a opor, mas levanta-se aqui algo no meio que o Senhor Presidente falou de uma forma assim quase à boca pequena, que é preciso perceber exatamente o que é que se passa, estamos a falar da piscina descoberta, o valor inicialmente previsto para a piscina, no âmbito deste empréstimo, era de 129000€ e neste momento já vamos, já lá vai quase 412000 menos 100€, não o valor que estava afetado a um empréstimo inicial de 654000€, o valor inicial que estava previsto era 129€ e entretanto já vai 412, aquilo que, a questão que eu queria colocar é, o que é que fez disparar os custos da obra da piscina descoberta, porque estamos a falar de valores de ordem, de grandeza completamente diferentes, foi um problema de projeto, foi um problema conceção, foi um problema de pré vistoria não feita, ou mal realizada, o que quiser chamar o que é que se passou exatamente para o valor estar com estas diferenças, é isso que temos perceber.”---

Tomou a palavra o Senhor Presidente respondendo que “Provavelmente um pouquinho disso tudo que o Senhor disse, mas principalmente, há situações que nós vamos ter que apurar e vamos apura-las no final, mas principalmente aquilo que fez disparar este valor, foi uma piscina que tem trinta e não sei quantos anos, que nada foi feito e são surpresas atrás surpresas, não era possível em projeto analisar, porque se pensarmos por exemplo, aquilo está debaixo do tanque é difícil de avaliar, não é possível avaliar, só à medida que se vai escavando e que se vai tirando é que se percebe que as rachas são muito maiores, que as infiltrações são muito mais, é tudo isto que está aqui em causa. Não fico nada satisfeito com isso, eu sou o primeiro a fazer essas perguntas todas, sou o primeira a perguntar, será

que se eu soubesse isto que sei hoje, no princípio, será que íamos lá, olhe não sei, uma coisa é certa, este valor que tem este programa, que se chama o programa BEM, Beneficiamento de Equipamentos Municipais, era uma linha de financiamento do Estado que que tinha, era o valor máximo 300000€ e o financiamento era 60% desses 300000€, ou seja, nós fomos ao valor máximo 180000€, inicialmente a obra seria 320000 qualquer coisa, e tem realmente aqui um acréscimo, aparece um conjunto de surpresas que que nós não estávamos à espera e eu só espero que fique por aqui, na verdade o que é que fazemos, olhe é daquelas obras que nós não podemos tapar tudo de novo e já não queremos, olhe ponha lá tudo outra vez, que afinal não há hipótese, é um risco quando se faz uma requalificação, há sempre esse risco, está dentro da legislação, conjunto de trabalhos a mais, erros e omissões também, omissões, erros eventualmente, posso dizer que em todo este processo nem sempre estamos de acordo com o empreiteiro, posso dizer que também já tivemos de fazer um outro concurso de adjudicação de outro tipo de trabalho, foi feito um outro concurso, foi o mesmo empreiteiro que ganhou, mal seria se ele não conseguisse, porque já tinha cá todo o estaleiro montado, tem sido um processo muito, muito complicado. Como estava a dizer, mesmo assim nós não estamos de acordo com tudo, mas a legislação obriga a que quando há litígio ou há diferendo entre valores, trabalhos a mais e coisas do género, agora uma coisa é certa, diz o código dos contratos públicos, a obra não pode parar, o empreiteiro tem de fazer até ao final, ou chegamos a acordo ou vai para alguém que decida por nós. Questiono isso muitas vezes, mas uma coisa é certa, temos aqui a oportunidade de fazer esta obra que é necessária, porque ninguém está a inventar nada, se se está a gastar este dinheiro é porque ele é preciso, é porque a piscina estava bem pior do que inicialmente imaginávamos, mas estamos a fazê-lo mesmo assim com 180000€ de apoio, de financiamento, correríamos o risco de, para o ano, as roturas se agravarem porque a piscina está com muitas perdas de água e há também uma questão ecológica, que nós estamos a tratar maquinaria muito antiga, completamente desajustada já, tudo isso vai ficar novo, assim como os balneários novos, são novas acessibilidades, tudo isto é verdade, mas se calhar, se para daqui a dois anos se

tivéssemos mesmo que intervir, não havendo estes 180000€ seria muito mais difícil, agora digo-lhe partilho das suas angústias, preocupações em relação ao valor, porque na verdade está a ir, eu só espero é que fique por aqui.

A conclusão da obra neste momento é o final do mês de julho, a abertura ao público não depende só da obra, depende do covid-19, nestas coisas ainda há muitas incógnitas, porque há material também ainda por entregar, não sabemos como é que vai ser a entrega do material, posso-lhe dizer, em relação à piscina, como por exemplo em relação à escola, que temos os nossos calendários perfeitamente definidos, mas depois há empresas fornecedoras de equipamentos que estiveram a trabalhar em 50% e algumas até fechadas e não conseguimos neste momento avaliar qual é o impacto, nada nos foi dito em relação a esta matéria, por isso acreditamos na calendarização que está a ser feita, final de julho, há lá um pedido de prorrogação de prazo por parte da empresa, mas isso tem que ser bem analisado e nós não sabemos se vamos aceitar tem de ser bem justificado, pronto, sei que já entrou outro pedido de prorrogação de prazo para 14 de agosto mas ainda não está fechado, não está decidido, tem que ser uma análise técnica, tem de ser os engenheiros e arquitetos a dizer se se faz sentido aquele pedido que a empresa está a pedir.

A obra de intervenção também do Centro de Interpretação da Semana Santa da Capela Nossa Senhora do Carmo, também uma obra de requalificação, também há sempre isto que aparece, há sempre aquilo, há sempre o material que se propõe esse material já não há, tem que ser substituído por outro.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo “Eu queria um esclarecimento só na questão da derrocada temos ali um valor de 102000€ para repor o talude da entrada do sul, está lá 18000€, 15000€ mais IVA, relativamente ao projeto, nós, a Câmara Municipal, não tem os dinheiros e arquitetos que pudessem fazer aquele projeto.” -----

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara “ Não, não tem, não tem, nem Câmara nenhuma Municipal tem e que arranjar uma empresa que o fizesse não foi fácil, no país há poucos. Estamos a falar de estabilidade, estamos a falar de uma formação específica daquela área, nós não temos.” -----

Considerando a alínea f) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, autorizar o aditamento ao empréstimo, de acordo com a informação apresentada, para realização da obra de requalificação do Talude – Entrada da Vila de Sardoal, nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, bem como autorizar a redistribuição da verba contratada do referido empréstimo nos seguintes termos:

Descrição da Obra	Valor da Empreitada	Apoios	Empréstimo
Pavimentação Freg. Santiago e Montalegre	227 832,58 €		227 832,58 €
Benef. / Reparação Conduitas - Freg. Santiago e Montalegre	90 548,72 €		90 548,72 €
Requalificação da Piscina Municipal Descoberta	411 946,81 €	180 000,00 €	231 946,81 €
Obra de requalificação do Talude - Entrada da Vila	103 671,89 €		103 671,89 €
	743 451,28 €	180 000,00 €	654 000,00 €

com dezassete votos a favor e uma abstenção (Patricia Silva). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

10. Linha de crédito para despesas com as redes secundárias de faixas de gestão de combustível - DGAL / DGTF - Orçamento de Estado 2020;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que referiu “*Tem a ver com aquilo que nós já temos trazido todos os anos, há um financiamento por parte do governo, para nos substituímos aos proprietários incumpridores e esse trabalho está a ser feito, este financiamento é precisamente essa linha de crédito para substituímos, posso dizer que por exemplo o ano passado este valor estimado foi de cerca de 90000€ e que depois resultou num valor de um pouco mais de 5000€ porque os próprios proprietários quando eram confrontados com a nossa intervenção, o edital, dizendo que alguém se iria substituir a eles, eles próprios na esmagadora maioria dos casos, realizaram esse trabalho.*” -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar

a contratação do empréstimo ao abrigo da linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista no n.º 12 do artigo 203.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, na sua atual redação, para execução das obrigações dos municípios constantes no n.º 3 do mesmo artigo, pelo prazo de 5 anos nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 abril, até ao montante máximo de € 106.869. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

11. Tejo Ambiente - Relatório de Gestão de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que “É para os Senhores deputados tomarem conhecimento, única e simplesmente como disse, o nosso compromisso desta empresa, toda a documentação, trazemos para vosso conhecimento e se houver alguma dúvida que eventualmente exista e que eu possa esclarecer.” -----

Considerando a alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão de Contas de 2019 da Empresa Tejo Ambiente, E.I.M.,S.A.. -----

12. Majoração do valor de Acordo de Execução - Juntas de Freguesia;

O Senhor Presidente da Câmara referiu “*Considerando a pandemia do covid-19 e considerando que o trabalho, empenho que as Junta de Freguesia têm tido, colaborando com a Câmara Municipal na desinfeção de algumas superfícies onde as pessoas mexem, nomeadamente os contentores do lixo, zonas de maior concentração do comércio, considerando que pode ter algum constrangimento naquilo que é a execução da delegação de competências que nós temos com as freguesias, ou seja a limpeza de valetas, aquilo que se propõe é realmente, que haja uma majoração de 10%, porque o sabemos que muitos desses trabalhos são feitos pelos próprios funcionários das freguesias, para que possam esses trabalhos ser adjudicados a outras empresas externas, para que se cumpra estes dois objetivos que nós temos, que é a desinfeção como disse e também a execução de delegação de competências. Estamos a falar de um valor de 60550€, freguesia de Valhascos 6661, Alcaravela 22582, Santiago de Montalegre 11000 e Sardoal 19000.*

É claro que os critérios já foram sobejamente discutidos, já foram aprovados também aqui nesta assembleia a distribuição das verbas e, é só acrescentar 10% a cada uma delas. “ -----

Considerando a alínea k) do nro. 1, do artigo 25º da Lei nro. 75/2013 de 12 de setembro, bem como o artigo 133º da mesma lei, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a majoração de 10% do valor estipulado nos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. ---

13. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2019 – Aprovação

O Senhor Presidente da Câmara referiu que *“Fazendo votos que os senhores tenham lido todas as alíneas destas páginas todas intermináveis, se houver alguma dúvida, tenho aqui quem ajude a justificar, realmente este é um procedimento que não é o mais agradável de todos, mas é o inventário de bens não há nada aqui a inventar.”* -----

Considerando o disposto na alínea i) do nro.1 do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como o nro. 2 do artigo 27º do mesmo diploma, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada.

14. Proposta da Conta de Gerência do ano de 2019

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“Na nossa prestação de contas temos um resultado líquido do exercício de menos 52000€, é importante que percebamos que há uma variação em relação ao ano anterior, em 848000€ ou seja o ano passado o valor era muito superior em 848000€, como podem ver na página 30, a execução do BPI teve um aumento em 1,105 milhões de euros, a receita total aumentou 16%, a despesa corrente diminuiu em 2%, a vinculação*

orçamental, ou seja, reduziu 1%, ou seja, passou a 60%, o que quer dizer que 40% do orçamento passou a ser valor possível para investimento, para novos investimentos.

Aqui também podemos referir o capital subscrito pela empresa Tejo Ambiente, no valor de 33000€, a valorização também do imobiliário foi 236000€, o que na realidade passa para 989000€, depois havia aqui, para situações que não estavam bem avaliadas, por exemplo a requalificação da escola E.B.2,3 no valor de 1,132 milhões de euros, a recuperação da Capela também no valor de 160000€, a requalificação da piscina, no valor de 44000€, também diminuimos os custos em 382000€ e os proveitos aumentaram 466000€, o que faz um ganho de 848000€. A margem do endividamento, não esgotamos a capacidade de endividamento e tínhamos ainda uma margem de 880000€ para nos endividarmos, para fazer obra, se quisermos, é claro que depois há aqui situações que claro, que nós gostaríamos que fosse de forma diferente, o caso do equilíbrio orçamental, a dívida aumentou em 720000€ mas atenção, se considerarmos a dívida de 2016, diminuiu 273000€ e também face à dívida de 2013, quando nós entramos, a dívida diminuiu quase um milhão de euros como pode ser analisado nos documentos, assim como o prazo médio de pagamento também é de 102 dias, não nos deixa confortável, gostaríamos que fosse muito menos mas em 2016 por exemplo, era 115, em 2013, 154 dias.

Existiram pagamentos em atraso no valor de 157000€, mas foi valor perfeitamente justificado com o facto de não nos ser ressarcido algumas obras, por exemplo, estes 157000€ deve-se ao reembolso que não foi realizado, por exemplo no PEDIME, 60000€, projeto floresta 103000€, e também projeto Caminhos da Pedra de 10000€, valores que nós avançamos com dinheiro, pagamos e estávamos à espera que, até final do ano, os fundos comunitários fizessem o reembolso desse valor e assim não foi feito.

O princípio do desequilíbrio, claro há aqui um princípio que tem o valor, este princípio do desequilíbrio ter muito a ver com o valor da escola 51000€, a substituição da dívida, há aqui situações que a legislação passou a permitir e nós fizemos por exemplo, a substituição da dívida que depois vai contar como um

novo valor para o princípio do equilíbrio, no valor de 65 000€ e também temos que ter em conta, aquilo que está bem espelhado neste orçamento 2019, foi aquilo que foi assumido por todos nós, foi aprovado por todos nós, foi a regularização dos precários, a regularização dos precários fez realmente um aumento bastante com os custos do pessoal, que andam à volta dos 500000€, mas foi uma decisão assumida por todos nós que estamos aqui, aprovamos e vangloriamos por a lei existir e pelo facto de o fazermos também.

A execução orçamental, também são dados importantes, nas Grandes Opções do Plano tivemos 81% de execução, três milhões de euros ultrapassa, os 3 milhões de euros, plano plurianual de investimentos, 81% de execução, atividades mais relevantes 80% de execução, houve um aumento de investimento no ano 2019 no valor de 1,1 milhão de euros.

Em relação às atividade que fizemos, os resultados menos positivos são perfeitamente assumidos e perfeitamente calculados, nós sabíamos e sabemos como é que as coisas podem ser feitas, de qualquer forma se nós não fizemos investimentos, se nós não nos candidatarmos, se nós não nos endividarmos para aquilo que há componente nacional de alguns investimentos, se nós não nos endividarmos para fazer por exemplo como Santiago de Montalegre, como fizemos Presa, como fizemos Panascos e como foi também em Valhascos, se isso não fosse feito, é claro que as contas teriam outra cor completamente diferente, mas foi uma opção, uma opção clara, porque há oportunidades que nós ou aproveitamos agora ou não sabemos quando é que elas voltam, nós não sabemos quando é que voltamos a ter financiamento comunitário para aquilo que são as obras que nós estamos agora a desenvolver, sendo certo que a maior obra, julgo que é a maior obra do Médio Tejo, em termos de valor de financiamento, é a nossa escola, a Escola E.B.2,3, que realmente tem aqui uma boa fatia desse impacto orçamental.

Mas além de tudo isto tivemos projetos como por exemplo o projeto do wi-fi, no âmbito do turismo, numa candidatura ao Turismo Portugal, a requalificação da rede de dados do município, como já falei, da Tejo Ambiente, reparação do quartel dos bombeiros, o gabinete técnico florestal, dos sapadores, assim como os

bombeiros, tiveram um papel muito ativo como é bem visível daquilo que é o trabalho da nossa floresta e, é uma boa fatia, como bem sabeis, do nosso orçamento, anda perto dos 10% daquilo que é o nosso orçamento vai para o âmbito da proteção civil, da floresta e muito bem, não me estou a queixar, é um investimento que nós damos como bem empregue, como por exemplo requalificação dos caminhos florestais, a execução das faixas de gestão de combustível, a requalificação das linhas de água, que foram afetadas pelos incêndios, no âmbito da educação, estou só a falar aqui algumas linhas, para que possamos entender para onde este dinheiro vai, a rede de transportes escolares, a viagem de estudo que fizemos o ano passado, com grande sucesso também, foi o vigésimo quinto ano, atividades de componente de poio à família, as atividades de animação e apoio à família, as atividades no âmbito da Biblioteca Municipal, do Plano Nacional de Leitura, Feira do Livro, apoio as atividades extra curriculares, ações no âmbito da educação, disponibilizamos também o programa Escola Virtual para todos os alunos, que foi um valor significativo e como já falei, a requalificação do parque escolar.

No âmbito da ação social, permitam que saliente o programa da fruta escolar, o reforço na atribuição dos auxílios económicos, nós, para além daquilo que a Lei obriga, nós fazemos uma majoração que julgo vai até aos 25%, a lei obriga a 15 e nós fazemos uma majoração até aos 25% destes apoios, refeições escolares gratuitas como bem sabeis, até ao final do segundo ciclo, atribuição de bolsas de estudo do décimo e décimo primeiro ano, o Projeto Pedime, plano estratégico de desenvolvimento intermunicipal de educação do Médio Tejo, educação pela arte no 1º ciclo, onde houve resultados fantásticos, apresentados aqui neste espaço onde nós estamos, aquisição de 24 tablets para o pré-escolar, miúdos digitais.

No âmbito da habitação foi o ano em que nós incidimos muito, na estratégia local de habitação que está agora a terminar e será apresentado brevemente, claro que a loja social, o projeto intervenção precoce RSI a rede social CLAS, a CPCJ, os passeios dos idosos, os incentivos à natalidade, Universidade Sénior, o protocolo com a associação Abem, Associação Dignidade no âmbito dos medicamentos, fizemos sessões, por exemplo com os nossos trabalhadores, no âmbito das

substâncias aditivas, criamos o gabinete de apoio ao imigrante, um posto de atendimento na Loja Cidadão do instituto emprego e formação profissional, no âmbito da água e saneamento, início da elaboração do projeto sistema de abastecimento de Etar's em Cabeça das Mós, Vale das Onegas, Tojalinho e abastecimento em São Simão e Valhascos foram projetos, foram feitos claro no âmbito da cultura, temos muita atividade, 25 de abril, Sardoal Jazz, tivemos a Feira do Livro, a Festa do Bodo, Boletim Municipal, o cinema, o Encontro Internacional de Piano, os caminhos da pedra entre outros.

No âmbito do turismo, a requalificação da Capela Nossa Senhora do Carmo, Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património, a nossa participação na BTL, o sexto workshop do Turismo Religioso em Fátima, o Congresso Internacional das Cidades Santuárias de Fátima.

No âmbito do desporto e recreio, trabalhos de manutenção do complexo desportivo, as férias desportivas, aulas de natação, hidro sénior e hidroginástica, o ATL em colaboração com a associação de pais e o agrupamento de escolas, III Jornadas do Associativismo, 6º trail terras do Sardão, programa reabilitação de instalações desportivas com o grupo desportivo de Alcaravela, os percursos pedestres, o apoio aos campos de férias e o programa Abem que já falamos e, beneficiação de equipamentos municipais e, piscina descoberta, melhoramos aquilo que era oferta de equipamentos no Jardim da Tapada Torre, assim como também melhoramos a oferta de equipamentos nomeadamente, para a recolha de lixo com aqueles caixotes que têm a beateira também, dispensador de saco para os dejetos dos animais no âmbito o voluntariado jovem, diferentes apoios a todas as associações e também aquilo tem sido a dinâmica deste espaço e também aqui do espaço Cá da Terra.

Pois são só alguns exemplos, mas senhores deputados, estou completamente disponível para algum esclarecimento, questões técnicas está aqui o chefe divisão financeira, porque nós não queremos que ninguém saia daqui sem uma resposta para a sua dúvida." -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "Sobre este documento há facto aqui algumas questões que nos preocupam e que nos fazem, nos

colocam algumas questões. Em relação ao desequilíbrio financeiro é algo que temos vindo a assistir uns anos a melhorar, outros anos a piorar, mas de facto despesas correntes receitas correntes despesas de capital e receitas de capital teimam em não jogar.

Outra coisa que também de facto nos preocupa muito, é as dívidas, este aumento de dívida, para mais de um milhão e meio de euros, só de dívidas de terceiros, não estamos aqui a englobar a banca, nem as questões, estas de facto preocupam-nos, porque há aqui dívidas a empresas locais e algumas empresas que eu não vou nomear, porque posso me esquecer de alguma, não quero cometer essa indelicadeza, mas temos inclusive empresas com sede nosso Município, que viram o valor da dívida aumentar entre o dia 1 de janeiro e dia 31 de dezembro, pode ter sido só um azar, um acaso, porque houve uma fatura que agora foi maior, mas o que é certo é que isto verifica-se em várias empresas e depois, temos entretanto depois, temos uma série de entidades que são fornecedores e ao mesmo tempo parceiros do município, em que os valores, em que as dívidas, de facto, valores que nós achamos muito grandes, só a título de exemplo, a EDP 208000€, Águas do Tejo 200.000, Valnor 47.000, Comunidade Intermunicipal 46000, Caixa Geral de Aposentações 31000, Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira, Segurança Social 71000 e, Juntas de Freguesia 34000€ ou seja, há aqui parceiros que são parceiros e têm que ser encarados como parceiros da Autarquia, que nos podem colocar aqui graves problemas porque os valores de dívidas são de facto grandes, começam a ter valores que achamos importantes.

Por outro lado a questão do prazo médio de pagamentos, se eu bem me recordo, quando falávamos noutras sessões anteriores, na situação financeira, quando perguntávamos pelas dívidas, o Senhor Presidente dizia sempre que nos prazos de pagamento estávamos a cumprir a lei, se eu bem me recordo, posso estar mal informado, mas o objetivo era que chegássemos aos 90 dias, máximo, de pagamento, já vamos com 102, até podemos estar a melhorar mas o que é certo é que estamos fora.

Continuamos a assistir à degradação do património do município, da casa grande ou casa dos almeidas, o Externato Santa Isabel, mais um ano passou todos

ouvimos em várias sessões falar sobre estes dois edifícios e outros, mas o que é certo é que terminou mais um ano, e eles só estão mais degradados, acresce ainda que, pela informação que recebemos, o parque de viaturas nomeadamente a parte operacional, a parte das máquinas apresentou também alguns problemas, a retro, parece que não está com a disponibilidade que desejávamos, felizmente a Junta de Freguesia dos Valhascos tem um equipamento que pode ceder, enfim, as condições que estarão acordadas não interessam para aqui, mas tudo isto nos preocupa.

Depois temos aqui a questão do aumento das despesas de pessoal, são mais 500000€ genericamente, o Senhor Presidente já disse isso, são mais de 6%, nós percebemos que este aumento, não sei se todo, mas seguramente a maior parte, vem da oportunidade que o governo trouxe às autarquias e genericamente a todos unidades públicas, para resolver este grave problema que eram os trabalhadores precários e isso, de facto, foi uma boa medida e ainda bem que assim foi, porque, não só no Sardoal, mas por todo o país, isso foi possível, aquilo que nos parece, é que chegamos a um ponto em que as pessoas como é óbvio, tem de se fazer justiça e merecem ser integrados, mas coloca-se a questão, ou pelo menos nós colocamos a questão, se, qual é o ponto de equilíbrio entre o número de funcionários que temos neste momento, e o serviço ou o benefício que as populações têm e, a sensação que nós ficamos, é que promessas do passado vão-nos agora sair caras, há muitos anos e outros nem há tantos, pelo menos ouvia-se dizer, muitas promessas e o que é certo é que elas aconteceram e, eu conheço vários casos alguns mais passados outros mais recentes.

Por outro lado parece-nos que quando olhamos para perspetivas de futuro, nomeadamente a fixação da população, a criação de emprego e há pouco o Senhor Presidente confirmou-nos de facto que, neste momento não há lotes disponíveis na zona industrial, há outras formas de criar emprego, é verdade, mas parece-nos que neste aspeto estamos um pouco a navegar à vista. É verdade que é bom termos uma escola, mas uma escola só não chega, é verdade que temos uma praia ou a praia ou o aeroporto como diz o Senhor Presidente a uma hora de viagem, está mais perto de, se calhar do que as pessoas de Sintra ou as de

Cascais, estão fisicamente mais perto, mas o que é certo é que não é isto que ajuda a fixar as pessoas, é necessário criarmos emprego, a dinamizar mais a economia porque a economia é que vai ajudar as pessoas, as famílias a pagar as suas despesas e é aqui que pesa, é isto vai pesar na balança quando as pessoas fazem a opção em morar no local A ou no local B ou no local C, de maneira que, a questão que queremos colocar tem a ver com aumento da dívida, queríamos perceber exatamente a que é que se deve este aumento de dívida, pela análise que fazemos, os documentos não têm que ver unicamente com a questão da obra da escola, poderá justificar uma parte mas não tudo e gostávamos de facto de perceber esta questão.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo “É ofensivo aquilo que o Senhor disse em termos de promessas eleitorais e mais ofensivo é quando o Senhor não concretiza aquilo que o Senhor diz, é banalidades que não dignificam absolutamente nada a nossa assembleia e não dignifica absolutamente nada a sua intervenção, o Senhor veio aqui falar de promessas eleitorais concretize, concretize senão, tenho todo o direito de me sentir ofendido por aquilo que o Senhor diz. O Senhor não pode vir para aqui, para uma Assembleia Municipal apresentar um conjunto de argumentos, que tanto podem ser da nossa assembleia, como qualquer outro do país, aquilo que nós gostamos é que o órgão que fiscaliza, que seja um órgão construtivo aquilo que está a fazer não é absolutamente nada construtivo muito pelo contrário. Navegando à vista, os senhores estão a navegar à vista, olha eu falo por exemplo em população, aumento de população, olhe o Senhor sabe porventura que saiu recentemente um estudo de negócios, baseado nos dados do INEM, que diz entre 2011 e 2019 Portugal perdeu cerca de 246,5 mil habitantes o que corresponde a uma redução de 2,34% na população do país, segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 264 municípios ou seja 85,7% do total o número de residentes diminuiu 85,7%, dos municípios deste país, reduziu o número de habitantes mas sabe uma coisa mse nós queremos realmente ser uma oposição que fala com sustentabilidade podíamos ir aos dados do INEM e ver aquilo foi a evolução dos municípios do Sardoal em dos municípios aqui à nossa voltam posso dizer que o município de

Sardoal em relação, neste momento 2019, isto são dados de 2019, Sardoal tem 3741 habitantes, a variação do município de Sardoal em relação a 2011 foi de -5,17%, a variação face a 2014 foi de -2,5%, já vou a 2018, Mação menos 13% em relação a 2011, menos 7,76 em relação a 2014, Vila de Rei menos 4,25% em relação a 2011, menos 2,44% em relação a 2014, Ferreira do Zêzere em relação a 2011 uma variação de -7,04% em 2014, uma variação de 3,74%, Abrantes variação em relação a 2011, menos 9,53 %, variação em relação a 2014, menos 5,35%. Agora vamos ver a variação em relação a 2018, Mação, a variação do crescimento da população em relação 2018 -0,89%, Ferreira do Zêzere menos 0,34, Abrantes -0,7%, curioso Vila de Rei positivo, a variação em relação a 2018, 0,10%, Sardoal, curioso, positivo + 0,05%, quer dizer que no conjunto desses municípios, aqui da nossa região, com os quais nós nos comparamos, em relação a 2018, os únicos que tiveram crescimento positivo foi Sardoal e Vila de Rei, é curioso, e os Senhores continuam a dizer que a população está a decrescer, uma coisa é aquilo que os Senhores dizem, uma coisa é aquilo que os senhores pensam, outra coisa é aquilo que diz o Instituto Nacional de Estatística e diz, que nós estamos a crescer, pouco, é verdade, mas não fazemos parte daquele grupo dos 254 municípios que estão a diminuir, nós estamos a crescer lentamente porque quer dizer que a estratégia que nós estamos a fazer, está a resultar, eu sempre disse, desde que sou presidente de câmara que todos nós, usando aquilo que é uma frase do Papa Francisco, todos nós gostamos de olhar para cima da escada, todos nós queremos lá chegar ao cimo da escada mas para lá chegarmos temos que subir degrau a degrau, lentamente, muitas das vezes chegamos a meio do percurso e temos que voltar para trás e começar de novo, mas o caminho é o cimo da escada, e esse caminho nós estamos a fazer ,e os dados e os números, estão a demonstrar que estamos no bom caminho, infelizmente somos dos poucos municípios que estamos a crescer. O Senhor falou da zona industrial, é verdade, temos uma zona industrial esgotada, porquê, esgotou o ano passado, porque há interesse em investimento no Sardoal, há interesse, houve empresas que se fixaram no Sardoal de tal forma que esgotaram a nossa zona industrial, há 4 anos atrás tínhamos lotes disponíveis agora temos zero lotes disponíveis, estamos neste momento a estudar a

possibilidade ainda no âmbito do quadro comunitário que está a decorrer de um aviso de candidatura que já surgiu, até final de outubro temos uma nova resposta no âmbito da oferta de instalação de empresas e vamos conseguir, por isso estamos a trabalhar e estamos a trabalhar muito, muito muito bem.

O que é que eu posso dizer mais, posso dizer que em relação ao parque de máquinas de viaturas, olhe eu não sei qual é a informação que tem, mas a melhor informação é perguntar à câmara, sobre forma de requerimento se quiser, porque o diz que disse é uma coisa muito complicada, ninguém tem melhores dados do que nós e nós disponibilizamos os dados e, disponibilizamos aos senhores, aquilo que os Senhores entenderem, agora vir para aqui dizer, ouvimos dizer que o parque de máquinas a viatura está desta ou daquela forma, ouvimos dizer isto, claro eu também oiço dizer muita coisa, essa do ouvi dizer, peço desculpa, mas não é aquilo que o concelho merece, precisa. O concelho precisa que os senhores digam concretamente o que está mal e também já estão habituadas, de mim, quando Senhores dizem isso está mal, e que eu concordo, dizer assim, tem razão, algumas vezes o fiz, nunca me escudei no ouvi dizer, ou quem foi que disse isso, não ajuda absolutamente nada o concelho, vamos a dados concretos, então quem disse, uma pessoa disse foi a pessoa x e é uma pessoa que realmente está perante os dados, estes números todos. Agora, não confundamos também aquilo que são as nossas opções estratégicas, nós temos a retro, que tem avariado, mas avaria porque tem uso, temos a buldozer que tem estado parada, mas o serviço não tem estado parado, porque nós fazemos uma análise também, de custo/benefício e fazemos uma análise, o que é que é preferível, por exemplo, no caso da buldózer, vale a pena reparar ou vale a pena adjudicar este serviço e, esta tem sido a nossa opção, ultimamente tem sido a nossa opção, o valor da reparação de uma máquina que tem muitos anos, tem muitas horas de serviço é substituído por um trabalho de adjudicação a empresas, agora se é com a máquina A, B ou C, é uma questão de gestão e percebermos, qual é, em termos financeiros aquilo que é melhor para o nosso município, em termos financeiros, a conclusão que nós temos vindo a chegar é que é mais fácil entregar os serviços a outras entidades do que sermos nós a fazer, tem sido essa opção, agora o que é importante perceber,

o parque de máquinas está velho, bom, mas digam qual foi o serviço que o parque de máquinas deixou de fazer, qual foi o serviço que as nossas máquinas deixaram de fazer ou qual o serviço que deixou de ser feito porque as nossas máquinas ou os nossos carros estavam velhos, não, é verdade, temos alguns com muitos anos mas a nossa opção tem sido adjudicar estes serviços, em vez de sermos nós a comprar carros novos. Isso é analisado, os senhores sabem isso melhor do que eu em termos de gestão, tem de haver o pay back, tem de se saber essas coisas todas e perceber qual é a melhor opção, e nós fazemos as análises e é assim que tem sido feito.

Em relação à dívida, é claro que se nós não fizéssemos obra absolutamente alguma, e a maior parte da dívida não é só escola, nós sabemos a vossa opinião em relação à escola, sabemos o que é que o partido socialista acha em à relação à escola, não é só escola, é tudo aquilo que eu disse, é um conjunto de trabalhos, eu também, uma opção que nós temos, nós sabemos como é que essas coisas se fazem, é simples, aumentamos o IMI, não é nossa opção, aumentamos os impostos municipais, não têm sido a nossa opção, nós temos feito essa gestão, pedindo até o sacrifício de todos e têm sido compreensivos, inclusivamente o sacrifício de alguns fornecedores, que nós temos, mas quando olhamos para este mapa que está aqui, das dívidas, elas existem também, porque temos investimento, porque nenhuma dessas dívidas tem mais de 100 dias, muitas têm até muito menos, a média é que dá isto, no final do ano tínhamos este valor para pagar porque nos tempos anteriores adjudicamos, compramos, demos dinâmica à nossa economia local. Em janeiro a maior parte destas dívidas, pelo menos do comercio local estavam pagas, é assim que fazemos todo o ano. Uma coisa é aquilo que o espelho, que diz a 30 de dezembro, outra coisa é aquilo que o espelho diz aqui de janeiro e, o espelho de janeiro diz uma coisa completamente diferente, como os senhores sabem, desde 1 de janeiro até agora, temos feito investimento, temos pago dívida, e ela diminuiu duzentos e tal mil euros apesar do investimento que temos vindo a fazer.

É uma gestão difícil, é, é uma gestão muito difícil. Eu gostava de ver alguns colegas meus Presidentes de Câmara gerir uma câmara como a de Sardoal, sem

receitas próprias, com as dificuldades financeiras que nós temos, fazemos contas todos os dias assumindo esta opção, assumindo este risco, mas nos últimos anos desde que este executivo está na Câmara Municipal, todos os anos a dívida diminuiu, este foi o primeiro em que a dívida aumentou, por opção própria, foi mesmo opção, temos estes investimentos que queremos fazer, temos estas opções e, sabemos que isto vai implicar no aumento da dívida, é assumido, está dentro das regras, está dentro daquilo que é permitido e, está dentro daquilo que o bom senso permite, poderia ser de outra forma, podia, agora, por favor, decréscimo da população, por favor, decréscimo da população, falta de incentivos a gente nova para cá e, já não falo da Buijnink por exemplo, que era uma empresa também que andava aí, ninguém sabia e, neste momento, temos também uma empresa com cerca de 70 trabalhadores, que também dá dinâmica à nossa economia local, porquê, porque o Sardoal é atrativo, o Sardoal é de tal forma atrativo que tem havido aumento da população, a Zona Industrial está esgotada mas temos projetos de futuro, queremos chegar ao cimo da escada, nunca lá vamos chegar, mas para lá chegar temos de subir degrau a degrau, degrau a degrau, lentamente, de uma forma sustentável.

Das coisas piores que podem acontecer a um município ou que pode acontecer a este país, eu tenho dito isto várias vezes, é o chamado, ciclos autárquicos, a política para os ciclos autárquicos de 4 em 4 anos ou legislativos de 4 em 4 anos, é o pior que pode acontecer para um país como o nosso, porque isso sim, é navegar à vista e nós não estamos a navegar à vista, nós estamos a navegar a médio, longo prazo com objetivos concretos, a escola foi uma luta de 6 anos ou 7, a escola foi uma luta enorme, porquê, porque nós achamos que os Sardoalenses, são tão portugueses como os portugueses de Cascais, Lisboa, Porto e Coimbra e que os nossos alunos, e que a nossa comunidade escolar tem o mesmo direito de ter um equipamento pronto para o século XXI, como os outros portugueses têm. Essa não é uma opção, é uma obrigação, nós temos essa obrigação e esta estratégia, tudo isto faz com que se cativem gente a vir para o Sardoal, alguém acredita que um casal que possa ter, criar, filhos se não tiver qualidade de vida, procura o Sardoal para viver, e qualidade de vida mede-se porquê, mede-se por aquilo que um dia há-se ser,

qualidade de vida mede-se pelos equipamento que tem, pela qualidade de oferta cultural, pela qualidade dos equipamentos culturais, dos equipamentos desportivos e a piscina, a piscina é um investimento grande, é, mas é preciso, faz falta não seria a nossa opção primeira, nem a segunda, nem talvez terceira, nem talvez décima, mas foi oportunidade, foi aquela oportunidade, agora todos nós temos de contribuir para isso e, temos de contribuir com muito bom sucesso, com muita lucidez, com muita calma, e também com outra coisa muito importante, eu fico muito triste quando nós, com responsabilidade, aqui podemos dizer o que quisermos e hoje até nem há comunicação social, podemos pôr o dedo na ferida, sim, é verdade, agora, nunca podemos é dar uma má imagem do nosso concelho, contribuindo dessa forma, em vez de ser atrativo, para ver repulsa em relação a quem queira vir para cá, essa é uma obrigação de todos os partidos, sejam eles quais forem, isso não está em causa, a disputa política, a disputa política é saudável, a nossa diferença de opiniões é mais do que saudável, agora temos também ter cuidado com a imagem que deixamos transparecer para fora do nosso concelho, ainda por cima quando ela não é verdade, Sardoal faz parte dos poucos municípios deste país que cresceu em relação 2018.

Na informação está a Casa Grande, os Senhores falam da Casa Grande, antes do covid, tivemos a Secretária de Estado cá, o Presidente da Região de Turismo do Centro, a Secretária de Estado veio de propósito por causa da Casa Grande, sim, foi de propósito por causa da Casa Grande, temos um investidor interessado, naquela altura, um investidor que tem outro tipo de investimentos, com credibilidade nacional, depois vem o covid, agora, uma coisa lhe garanto a Casa Grande, sim, é verdade está a degradar-se, é verdade, nós não temos capacidade financeira para intervir, nem há financiamento comunitário para intervir lá, só nos resta acreditar que vamos conseguir esse investidor, da nossa parte fizemos o que temos a fazer, temos projeto aprovado pelo IGESPAR, prontinho, que oferecemos ao investidor, temos todas as licenças, tudo o que é preciso para fazer e, temos financiamento, também, essa concertação de financiamento foi feito com a Senhora Secretária de Estado, agora houve um período que era o período em que tivemos a Troika, bom arranjar o investidor era como andar à procura de uma agulha no palheiro e

nós tivemos um interessado, não correu mal, é verdade, não correu, porque aquilo que o Senhor queria, nós achamos que não defendia os interesses do município, não foi ele que se foi embora por desinteresse, ele é que fez-nos uma proposta, a qual nós achamos que não atendia, ou seja, queria uma alteração em relação aquilo que estava acordado e protocolado e essa alteração, em nosso entender não defendia os interesses do Município, e tem que defender os interesses do Município, depois disso apareceu um outro investidor, que neste momento não sei qual é a intenção dele, não sei, porque nós sabemos como é que o turismo está e nós sabemos como é que a ocupação hoteleira tem estado neste momento no país, é um investidor que tem outras unidades hoteleiras, até no centro de Lisboa, num dos sítios mais importantes e mais caros até, o que é que nós podemos fazer mais, eu não consigo arranjar outra forma de obrigar um investidor a investir na Casa Grande, temos o trabalho de casa feito, agora eu sou um homem de fé, sendo certo que a fé não chega, mas ajuda muito Eu acredito que nós vamos conseguir.

Vamos falar colégio, esta questão dos fundos comunitários, não basta pensar e pronto está feito, o processo burocrático é tão longo, que desde o início do procedimento, do concurso, para fundos comunitários, até a possibilidade de haver obra é uma eternidade. Portugal está aflito por causa disso, nós temos um quadro comunitário de 14/20, de 14 nada foi feito, de 15 nada foi feito, de 16 nada foi feito, de 17 qualquer coisa, 18 vamos lá começar, 19 é para a pressa, porque no 20 tem que acabar, é este o espelho do nosso quadro comunitário enrolam enrolam, enrolam na saída dos avisos de candidatura, enrolam, enrolam enrolam na decisão, Tribunal de Contas é um suplício, vocês recordam-se quanto tempo demorou desde a nossa decisão e do envio para o Tribunal de Contas, a obra de Santiago de Montalegre e só começou esta semana, um ano, nós sabemos que o Tribunal de Contas tem 30 dias para responder, mas também sabemos que o Tribunal de Contas pede mais informação e pede mais informação e este não é um problema do Sardoal, este é um problema do país daí que agora também se comece a falar que as obras que necessitam de visto prévio do Tribunal de Contas deixe de ser 350000€ e passei para 750000€ porque está entupido e está a

prejudicar o país, está a prejudicar o desenvolvimento, não é vontade nossa, nós temos o trabalho de casa feitinho, nós temos o trabalho de casa feitinho, estamos a acabar as especialidades, o externato está no Plano de Ação para a Regeneração Urbana, PARU, um projeto que nós fizemos, estratégico, onde se inclui os corredores centrais, onde se inclui a requalificação da Capela de Nossa Senhora do Carmo, onde se inclui aqui o espaço partilhado para as artes e ofícios, está também aprovado no âmbito do PARU, agora falta todos esses procedimentos necessários, mas uma coisa lhe digo, aquilo que nós temos planeado, vai desde as adjudicações, prazos para contratação, temos planeado começar a obra do externato ainda este ano, nós queríamos ter começado em outubro do ano passado, mas não foi por falta de trabalho de casa e, depois há outra coisa também é muito importante, é que nós temos que pagar 15% de tudo isto, algumas coisas, outras, como Santiago de Montalegre, outras mais, como aquela que veio aqui a alteração hoje, é com despesas próprias, é com a nossa capacidade de endividamento e, a manta é curta, nós temos de fazer a gestão anual daquilo que é a nossa capacidade de endividamento, aquilo que nós mais gostaríamos era, no primeiro ano ter feito logo a pavimentação e alteração de condutas em todo o concelho, e não pudemos, temos que fazer a gestão como nós fazemos em nossa casa, aqueles que não são ricos, este mês temos x, só gastamos x, próximo mês temos x só gastamos x, agora, não temos que gastar x mais Y e aquilo que tem acontecido, todos os anos gastamos, investimos naquilo, de acordo com a nossa capacidade endividamento, numa gestão difícil, numa gestão contada ao cêntimo, mas com riscos perfeitamente calculados que em lado nenhum hipoteca ou põe em risco a nossa capacidade, seria porventura outra estratégia, seria a melhor, claro, não sobra não se faz obra e as contas, temos aqui lucro, infelizmente há aqui muitas situações que são estruturais, há aqui situações que vêm com muitos, muitos anos mas volto a dizer, isto é o primeiro ano dos 5 que nós já temos de executivo em que a dívida aumentou e perfeitamente justificado porque é que a dívida aumentou.

Depois há aqui a questão que é a seguinte, por exemplo, a obra da escola tinha um período de carência de 2 anos, mas o que é certo é que o processo atrasou e

findo os 2 anos nós tivemos que ir buscar o dinheiro, senão perdíamos aquele empréstimo e, foi isso que nós fizemos e fez com que aumentasse também nossa dívida, se nós não fossemos buscar o dinheiro que estava para a obra da escola, todo, as coisas a correrem naturalmente em termos de prazo, iríamos buscar uma fatia num ano, outra fatia no outro ano, não, tivemos que ir buscar todo senão deixava de ter validade este empréstimo, e as coisas são assim, está tudo perfeitamente calculado, garanto-vos que nada disso está em risco. As Nossas contas são todas validados pelo tribunal de contas, podiam ser melhor, podiam mas não era a mesma coisa e garanto-vos que se isto tivesse os números melhores, não estaríamos a zelar pelos interesses do município, agora as dívidas à economia local, são dívidas de investimento, são dívidas de despesa, que nós fazemos e não são de anos, o Senhor até falou da Águas do Vale do Tejo, é verdade, temos aqui uma dívida, não sei quanto eles nos devem, 700 e tal mil euros, se nós pudéssemos fazer de conta como já uma vez foi feito do milhão, do tal milhão e 98 mil, conseguirmos fazer uma acerto de contas de cerca de 300000, gostávamos de fazer mais gostávamos, mas nem sempre a lei está do nosso lado e a razão às vezes também não está mas maioritariamente a razão está do nosso lado e nós acreditamos e nós sabemos aquilo que estamos a fazer e o Sardoal está diferente, vai estar mais diferente e a população está a crescer, dados do Instituto Nacional de Estatística.”

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo “Relativamente a este ponto e não sendo eu propriamente um homem de contas, mas tenho que, tinha aqui uma intervenção um bocado mais extensa, mas vou reduzi-la, porque para mim de facto mais importante, em minha opinião, é que as contas de facto estão bem feitas, são transparentes, não se consta que tenham alguma irregularidade, logo estamos na presença de contas numa gestão responsável e que foi possível fazer a obra, feita ou encaminhada existe, é um facto, portanto não haverá muita a coisa a dizer para além daquilo que já que já foi dito pelo Senhor Presidente, no entanto e contrariamente ao que se afirma por aí, não é verdade e não é justo que se diga que existe ineficácia ou passividade ou inoperância por parte do executivo municipal, muito pelo contrario, apesar dos muitos

constrangimentos ocorridos, tem-se verificado o desenvolvimento de todo um trabalho constante no sentido de minimizar as principais carências com que o concelho se debate, e vão sendo resolvidas, conforme vai sendo responsabilmente possível, todos nós certamente desejaríamos mais, mas temos de ser conscientes e entender que se mais não foi feito, foi porque não foi possível fazer, lamenta-se que as contas apresentem um défice de 52000€ e que a dívida tenha aumentado, mas se levarmos em consideração o valor do défice orçamental do próprio estado, que se cifra no dia de hoje em 3500 milhões de euros, sendo que desde maio de 2019 até maio de 2020 teve um aumento de 2500 milhões de euros e claro não querendo fazer comparações entre o Município do Sardoal e o estado mas mesmo assim não me parece que estejamos assim tão mal como alguns querem fazer crer e estou certo e crente de que melhores dias virão. Andamos desde 1993, há 27 anos ouvia o Partido Socialista aqui falar quase em todas as assembleias de três pontos que são essenciais, mas que são 3 meninos de colo que foi exatamente o mesmo Partido Socialista que então o deixou nos braços da gestão do PSD, estou a referir-me à Barragem da Lapa, estou-me a referir a zona industrial e estou a referir-me ao PDM, sempre, sempre, sempre se tem falado nisto, sempre têm sido dadas as melhores explicações possíveis, tem sido feito aquilo que tem sido possível, tudo tem sido esclarecido, mas continuamos sempre a bater numa tecla de causas que não foram provocadas pela gestão do PSD mas pelas gestões anteriores.

Recordo que o 25 de abril foi em 1974 o PSD chegou à Câmara do Sardoal em 1993, recordo também a aberração do PDM que foi feita nessa altura, à pressa, provocou praticamente a desertificação quase total das aldeias a norte do Concelho, é um facto, houve muitas pessoas na altura que quiseram de facto construir casas ali e que não puderam fazer, porque o PDM que foi feito numa semana, não o permitiu, isto é uma verdade que tem de ser dita.

Relativamente à Barragem da Lapa tenho uma informação muito mais completa mas vou reserva-la para outra oportunidade, quando isso de facto acontecer termino dizendo que em minha opinião, entendo que de facto as contas que estão aqui a ser apresentadas são merecedoras da nossa aprovação.” -----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos referindo “*A propósito da intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, gostaria de dizer também o seguinte, e sobretudo, depois das palavras do Senhor Presidente, que é interessante olhar para esta situação da Covid, também como uma eventual oportunidade, assim como já se falou há pouco, o Senhor deputado Pedro falou sobre isso já hoje, sobre Estrada Nacional 2 e nós podemos fazer tudo, por isso, o que eu entendo é que quando falávamos no período pré Covid, apesar de cativar empresas para virem para o interior, não imaginávamos que o Covid trouxesse com todas as suas angústias, também todas as suas preocupações e incertezas, outras dinâmicas de trabalho, nomeadamente o teletrabalho, e se calhar, esta é a oportunidade de as entidades e nós todos, enquanto população promovermos o nosso local, o nosso concelho, porque, se calhar, haverá famílias a trabalhar noutra dinâmica, nomeadamente teletrabalho, que podem ponderar reduzir os seus custos com habitação, com colégios privados, eventualmente, com transportes e vir efetivamente para o interior, não seriam os primeiros a fazê-lo e com certeza não serão os últimos.*

A escola, a cultura que há-de regressar como nós a conhecíamos, o investimento na saúde que tem sido feito e a promoção do turismo natureza, juntamente com a escola renovada, que é uma grande aposta e é segura, parece-me ser um grande, um grande atrativo e portanto, nunca poderemos fazer Independentemente das nossas opiniões, sobre o investimento na escola nova, acho que não podemos, de todo, discordar que ela é um investimento atrativo para nossa região porque os pais, as famílias que têm filhos, que são a maioria, felizmente, pretendem que os filhos estejam numa escola renovada do futuro e uma escola segura como é o caso do nosso concelho.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Eu só queria dizer isto, precários, foi aprovado só com uma abstenção, todos nós aqui aprovamos os precários, só houve uma abstenção, curiosamente, até há um deputado do partido socialista que faz uma declaração de voto diz assim “eu votei a favor porque não porque a câmara tenha necessidade destes trabalhadores todos, mas porque sou contra a precariedade e também porque vejo que parte destes*

trabalhadores vão resolver a sua situação laboral" o próprio deputado do partido socialista diz que acha que a Câmara não precisa deles mas vota a favor.

Empréstimos, os senhores estão aqui a dizer que a dívida aumentou, sim, mas a dívida aumentou fruto de empréstimos aprovados aqui, e alguns deles por unanimidade se não todos, quem é que aprovou os empréstimos? Não foi só a Câmara, todos nós aqui concordamos que a Câmara se poderia endividar, ata numero um, de 15 do dois de 2017, aprovado por unanimidade o empréstimo de 934 mil euros, um empréstimo também de 237 mil euros, também aprovado com 19 votos, a seguir, no dia 19/12, obras de Santiago de Montalegre, empréstimo de 645 mil euros, 17 votos, imagino que alguém tenha faltado, empréstimo para substituição de proprietários incumpridores aprovado com 18 votos. Então, o que é que se pretende? contrair empréstimo e não pagar? todos nós estivemos de acordo com a estratégia de nos endividarmos com empréstimos e agora está aqui a prestação de contas e há que d'el rei que nós fizemos empréstimos? que estamos endividados? todos nós concordamos com a regularização dos precários e agora aqui d'el rei que aumentou a carga de vencimentos? não foi só precários, foi os precários e muito bem, foi o aumento salarial e muito bem, e foi também o descongelamento de carreiras e muito bem, tudo isto fez com que chegássemos perto dos 500 mil euros, mas foi assumido e aprovados por todos nós aqui presentes, volto a dizer, os precários, só houve uma abstenção, então em que é que ficamos? os empréstimos foram com aquele destino e aprovados por todos, todos nós concordamos em aumentar a dívida."

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo " *Só para dar duas notas, primeira, esperar que os dados que o Senhor Presidente da Câmara apresentou sobre o INE, sobre a população, que de facto venham a confirmar, logo após os resultados dos Censos 2021 porque o que o Senhor Presidente está a apresentar são estimativas que são feitas anualmente e, se for ver o histórico das estimativas, por exemplo dos anos anteriores, aos censos 2011 vai ver coisas que de facto, demonstra-se que as estimativas do INE no que diz respeito à população são altamente falíveis e eu posso dize-lo e digo com toda a confiança, porque trabalhei muitos anos com dados do INE e, sei perfeitamente o nível de erro que*

está incluído nesses resultados, nesse valores, sinceramente fazemos votos para que se concretizem até aumento da população, mas se for verificar há imensos concelhos que em 2010 tinham um acréscimo de população elevadíssimo em estimativa, e que depois não se confirmou em 2011, no ano censitário e aconteceu também o aposto. Esperamos que a coisa que depois se confirme.

Respondendo também ao Senhor deputado Francisco António sobre duas questões, não me vou alongar muito mais, sobre o défice do estado nem tinha reparado que tinha que saído, ainda bem que voltou, porque não queria falar para si, sem que estivesse cá, sobre défice do estado, temos que ser m bocadinho mais justos a fazer análises e temos que fazer a análise pré Covid, usando as palavras da deputada Joana Ramos, porque efetivamente todos temos consciência que com esta questão Covid, o estado, foi o governo, mas o estado, tem que fazer, de facto despesas, teve que fazer, ninguém está contra, os apoios foram dadas às famílias, às empresas, uma série de entidades, toda a gente concorda com isso portanto temos que ser justos e fazer a análise com os dados a dezembro ou janeiro, se quisermos ou até mesmo fevereiro.

Sobre o PDM senhor deputado Francisco António, o PDM foi aprovado ou entrou em vigor se bem me recorde em 1994 tendo sido elaborado, pode dizê-lo, não me choca nada, pelo executivo do PS, que na altura governava, mas ó Senhor deputado, já passou 99, fez 5 anos, era possível revisão, já passou 2004, 2009, 2014, 2019 e ainda em 94 já a Câmara governada pelo PSD, não está em causa as pessoas que estavam, nem estão agora, mas sobre a matéria, também temos que perceber que já passaram muitos anos, sabemos que o processo é complicado, sabemos que sim, mas não basta também dizer, foram aqueles que deixaram coisa ruim.

Sobre a Zona Industrial nós ouvimos aqui na assembleia em seções anteriores em anos mais passados, de facto, havia um problema com o Regulamento da zona industrial mas o que é certo é que também, da parte quem governava naquele momento e quem tem governado, também não foi feito nada para alterar o regulamento ou durante muitos anos, não foi feito, portanto, ou seja, às vezes não basta também apontar as coisas, é preciso ser mais ativo." -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “*Eu lamento, mas pela fragilidade da sua argumentação até me custa a responder-lhe, eu não me passaria pela cabeça ver algum deputado municipal a pôr em causa o Instituto Nacional de Estatística, vale o que vale, mas sabe que mais, se falhou foi em baixa nós temos outros dados, a população escolar, mesmo com as saídas, tem aumentado, a nossa população escolar tem aumentado e não são dados estatísticos são números reais.*

Em relação ao regulamento, realmente eu não sei o que lhe diga, então não fomos nós, este executivo que fez alguma proposta de alteração ao regulamento da zona industrial, com toda a burocracia que tinha, nós tínhamos um regulamento da Zona Industrial. Vamos lá ver uma coisa, fosse quem fosse que tivesse feito aquele regulamento da zona industrial, nós só podemos criticar, e não sei se foi o executivo PS, não interessa, nós só podemos criticar se tivermos os dados da época, assim como o próprio PDM, houve um conjunto de legislação que obrigou os municípios a fazer, precisam de um PDM rápido, senão não tem acesso a fundos comunitários e foi feito o PDM possível, eu não sei se foi PS se foi o PSD não me interessa, foi o PDM possível.

O Regulamento da zona industrial, se nós queríamos uma zona industrial, tínhamos de ter um Regulamento e naquela altura que se fez eu acredito que se fez o regulamento possível, com a maior das boas vontades, eu não sei se foi o executivo PS ou PSD não sei nem quero saber, eu acredito na boa vontade das pessoas que ocupam cargos políticos, sejam eles de que partido for, porque não acredito que haja alguém que esteja no lugar em que nós estamos aqui, para contribuir para o mal do seu concelho, podemos ter visões diferentes mas a boa vontade de cada um de nós que está aqui, é a melhor para o seu concelho, as vezes a forma como a publicitamos é que pode ser às vezes prejudicial.

Então não fomos nós que fizemos uma alteração do regulamento, aprovado nesta Assembleia Municipal, na anterior por unanimidade, não fomos nós que fizemos a discussão pública, não fomos nós que fomos ter com as pessoas, sabe porque é que nós temos neste momento a zona industrial esgotada e com novas empresas, porque fizemos esse regulamento porque à luz do regulamento anterior não era

possível fazer a reversão dos lotes, não era possível e nós fizemos, foi possível este processo, porque nós também tivemos um período, salvo erro, de um ano de transição porque podia ser, a partir de agora acabou, não, fizemos o regulamento, com período de transição, e tudo isto no tempo, e digo-lhe mais, só não avanço com situações em relação a zona de expansão industrial, por respeito aos Senhores Vereadores, porque acho que eles têm que ser os primeiros a saber da nossa intenção e esse assunto tem que ser primeiro falado em reunião de Câmara, mas digo-lhe, sabemos o que queremos, sabemos para onde queremos ir, sabemos o tamanho da escada, sabemos quantos degraus temos que subir, mas também sabemos que não vamos chegar lá acima, mas tudo faremos para chegar, agora por favor, não me venham com o tipo de conversas como aquelas que aqui foram feitas, por algumas digo, senhor deputado, eu sei que não é a sua intenção, conhecemo-nos bem, gostamos um do outro, pessoalmente conversamos fora daqui, percebo que não é nada disso, mas seja justo também connosco, seja justo, que eu sou justo consigo também.”-----

Interveio o Senhor deputado Francisco António referindo “*Queria que ficasse bem claro quando eu referi Barragem da Lapa, a zona industrial e o PDM, foi simplesmente para lembrar que isso são assuntos que já foram aqui de tal modo falados ao longo dos anos e esclarecidos quase em todas as sessões que até me custa ver, de facto, parece que não há mais nada com que as pessoas se possam preocupar. Quer dizer a barragem da Lapa deu no que deu, a Barragem da Lapa foi um projeto do PS, foi o PSD que a construiu, o PS na altura certamente também gostaria de ter construído. Recordo que os dois vereadores que existiam na Câmara Municipal quando foi aprovado à Barragem da Lapa, os dois vereadores votaram contra, também sei que em 1993 quem foi eleito Presidente da Câmara Municipal, na sua campanha eleitoral, fez bandeira da barragem da Lapa mas também sei e já aqui o disse várias vezes, na altura, não era a melhor opção, havia uma opção muito melhor, muito mais barata, muito mais rentável e muito mais eficaz, o que é que aconteceu, a água ficou no Valongo nem chegou ao concelho todo conforme estava programado, enquanto a outra opção que havia, tinha rentabilizado, a tal parte norte do concelho, ficou deserta, está*

desertificada, exatamente porque para aquele lado o PDM cortou a barragem, voltou-se para este lado e agora ouvem-se críticas, dizendo que não temos praias fluviais, todos os concelhos têm praias fluviais mas o Sardoal não tem, porque não quis ter quando as podia ter, porque o que o Sardoal mais tem são quilómetros de Ribeira, mas não é agora, agora não é permitido fazer-se, agora não se pode mexer, mas quando se podia não se preocuparam com isso, preocuparam-se com a Barragem da Lapa e continuamos a andar sempre aqui nisto, sempre as mesmas situações, a dizer, não temos população, não temos isto, não temos aquilo, estamos a perder a identidade, não estamos a perder nada, a identidade do Sardoal continua a ser a mesma ou cada vez está a aumentar mais e se for aprovado o projeto das sete maravilhas, se ganharmos, espero que ganhemos vamos ainda continuar a ter mais identidade, não se consegue vislumbrar às vezes determinadas coisas que por aqui aparecem, que em minha opinião não fazem nenhum sentido.

Eu conheço o concelho de Sardoal tão bem como qualquer pessoa que está nesta sala, conheço os problemas há muitos anos porque há muitos anos, com todo o gosto tenho feito muitas intervenções relativamente aos mesmos, aquilo que sempre defendi, e a parte norte do Concelho, pese embora também me preocupe com o resto, a parte norte do concelho foi de facto aquela que mais prejudicada foi, exatamente por aqueles três pontos que já mencionei. Se calhar muita gente aqui nesta sala desconhece que aquando a zona industrial do Sardoal foi aprovada, quem governava o país era o PSD, o concelho de Sardoal recebeu na altura à beira de 900.000 contos para aquela zona industrial, 900.000 contos, não chegou mas faltou pouco, a Câmara Municipal na altura apoiou uma empresa com 60000 contos, sem escrever, sem registar nenhuma contrapartida, essa mesma empresa hoje está lá é um autêntico mamarracho, parece que não tem dono, não pertence a ninguém, a culpa não foi nossa, aquilo está lá portanto a partir da altura em que de facto se começou a mexer nas coisas e que isto começou a andar e está a dar quer se queira quer não, se olharmos para o Sardoal e para outros concelhos vizinhos temos infraestruturas que outros não têm.

Recordo mais uma vez quando foi construído este Centro Cultural o Partido Socialista se revoltou muito porque de facto estávamos a fazer uma obra muito espampanante, muito grande, compararam-nos com Portalegre, que era uma capital de distrito que tinha feito uma obra mais pequena e nós, afinal não precisávamos disto tão grande, o que é certo é que já tivemos as salas todas ocupadas, o que é certo é que isto tem funcionado.

Agora com a escola é mesma coisa, se calhar não precisávamos, mas claro que precisamos, nós não podemos pensar pequenino, nós temos que pensar fora, temos de pensar à frente temos que pensar no futuro. Se queremos jovens, se queremos que as pessoas cá se coloquem, temos de criar condições e a escola é uma delas, a educação é o principal. O município de Sardoal tem investido e tem-se preocupado muito com a educação, temos uma carta educativa que é um exemplo para muitos municípios que não a têm e gostariam de a ter, nós temos-a, temos de a fazer cumprir, não faz sentido nenhum estarmos aqui para sempre com as mesmas coisas as mesmas quezílias, é a Barragem da Lapa é o PDM é a zona Industrial e não passamos disto, não há inovação, não há novas propostas, andamos para a frente, pensamos de outra maneira, vamos pensar no futuro. Aquilo que se deixou de fazer não se fez pronto, mas vamos arranjar outras formas de conseguir e é isso que se está a fazer, pelo menos em minha opinião, é isso que tenho visto. Centro de Saúde a funcionar, o Município a funcionar, a Loja do Cidadão a funcionar, o Centro Cultural a funcionar, relativamente ao que vejo aí por outros sítios, até em concelhos maiores até o Sardoal, está muito bem Gostaríamos que estivesse melhor dentro do possível e daquilo que é possível fazer, é o que temos.”

O Grupo Municipal de Deputados do PS, apresentou uma declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

Apesar da votação favorável, do Grupo Municipal de Deputados do PS, do Orçamento / Documentos Previsionais para o ano de 2019, o decorrer do ano demonstrou o quase total alheamento da Órgão Executivo para as propostas

apresentadas pelo PS (através dos Vereadores eleitos) e que vieram a integrar aquele documento, fazendo crer, hoje, que tal não passou de uma manobra política. Exceção feita para o Orçamento Participativo e as obras / projetos para os arruamentos e saneamento da Freguesia de Santiago de Montalegre e Cabeça das Mós, tudo o resto caiu no esquecimento.

Como foi demonstrado no debate precedente, o ano de 2019 ficou marcado por opções tomadas por quem governa que vão deixar marcas negativas para o futuro, e das quais destacamos:

- Agravamento do desequilíbrio orçamental;*
- Aumento dos custos com pessoal em 0,5 milhões € (+16%), tendo representado 68% das receitas correntes. Não discutimos a justiça de integração dos precários, que em boa hora o Governo decidiu aprovar. O que colocamos em causa é a efetiva e objetiva necessidade do número de funcionários que a CM tem hoje ao seu serviço, ou, colocando a questão de outro prisma, se está a Câmara Municipal a prestar um serviço eficiente para o número de funcionários que tem ao dispor;*
- Aumento das dívidas a terceiros em 50%, representado a 31/12/2019 1,56 M€, com especial impacto na economia do concelho. Algumas empresas do concelho acabaram por ver o valor da dívida aumentar. Outras de maior relevo: EDP (208k€), Águas do Tejo (200k€), VALNOR (47k€), CIMT (46k€), CGA (31k€), IGFSS (71k€), e Juntas de Freguesia (34k€);*
- Prazo médio de pagamento de 102 dias, muito acima do permitido por lei;*
- Continuação da degradação do património do Município, tendo de imóveis como parque de viaturas*
- Ausência de medidas estratégicas que visem a fixação da população ou mesmo da criação de emprego no concelho;*
- Ausência de planeamento financeiro a médio / longo prazo, o que faz prever o agravamento da situação financeira do Município, com o final dos períodos de carência de empréstimos recente aprovados.*

Conscientes destes factos, os Deputados Municipais do PS não podem deixar de manifestar a sua oposição às opções tomadas, manifestação esta através do voto contra a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2019

Sardoal, 26 de junho de 2020

P/ Os Deputados,

Adérito Garcia”

Considerando as disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como, de acordo como os termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, em conjugação com o ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2019, com onze (11) votos a favor da bancada parlamentar do PSD e sete (7) votos contra da bancada parlamentar do PS. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. --- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram onze horas', da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____